



LICITAÇÃO N.º 018/CPL/2017

PROCESSO N.º 275/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

ORIGEM DOS RECURSOS: 100 – RECURSO PRÓPRIO / FMS – 0036

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39.17 / 3.3.9.0.39.05 / 3.3.9.0.39.08 / 3.3.9.0.39.95 / 3.3.9.0.39.00

DOTAÇÃO: 810 / 131 / 1280 / 1007 / 1852 / 146 / 949 / 55 / 50 / 1747 / 174 / 1268 / 1339 / 358 / 319 / 320 / FMS – 1204

ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 230.243,64 (Duzentos e trinta mil, duzentos e quarenta e três reais e sessenta e quatro centavos).

VISITA TÉCNICA E RETIRADA DO ATESTADO DE VISTORIA: Do dia da Publicação do edital, até a véspera da data de entrega dos envelopes no horário de 13:00 às 16:00 horas.

ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ O DIA 19 DE JUNHO DE 2017 ÀS 16:00 HORAS

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 19 DE JUNHO DE 2017 ÀS 16:00 HORAS

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PARA DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, LIMPEZA, DESINFECÇÃO QUÍMICA E HIGIENIZAÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE CAIXAS D'ÁGUA, PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE, NAS UNIDADES DE SAÚDE E NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PARACAMBI.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação/CPL – PMP, situada a Rua Juiz Emílio Carmo- 50- Centro- Paracambi, RJ, no horário de 09:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, através do telefone (21) 3773-3037, ramal 229 mediante entrega de 01 Resma de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ.

LOCAL PARA RETIRADA DO ATESTADO DE VISITA TÉCNICA: SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

SETOR REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES, SECRETARIAS DA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALIDADE DO CONTRATO: 12 (DOZE) meses a partir da data de assinatura do contrato.

O presente Edital está dividido nas partes A, B e Anexos abaixo descritos:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar 123/2006
Anexo 6	-	Termo de Referência
Anexo 7	-	Minuta de Contrato
Anexo 8	-	Projeto Básico
Anexo 9	-	Atestado de Visita Técnica

ELIAS FERREIRA DA ROSA
Pregoeiro - CPL/PMP



PARTE B

PREÂMBULO

A Prefeitura Municipal de Paracambi, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, mediante o Pregoeiro **ELIAS FERREIRA DA ROSA** e equipe de apoio: **ALESSANDRA FARIA DOS SANTOS e RONALDO CARMO GALVÃO** designados pela Portaria nº 050 de 17 de Janeiro de 2017 torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando a licitação nº 018/2017, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, Julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, de conformidade com as disposições da Lei Federal nº 10.520 de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 4.054 de 03 de fevereiro 2015, Decreto Municipal nº 4.250, de 02 de dezembro 2015, Decreto Municipal nº 4.481/2017, Decreto Municipal nº 4.482/2017e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 1993 bem como as condições a seguir estabelecidas:

1 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1.1 – Os envelopes contendo a proposta e documentação serão recebidos na Rua Juiz Emílio Carmo- 50- Centro- Paracambi –RJ, na sala da CPL/PMP até o dia **19 DE JUNHO DE 2017 ÀS 16:00 HORAS**. A sessão pública será realizada na sala de reuniões da CPL/PMP **19 DE JUNHO DE 2017 ÀS 16:00 HORAS**, horário de Brasília - DF.

1.2 - Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas no dia e hora marcados no item 1.1.

1.3 - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, mediante comunicação pelo Pregoeiro responsável.

1.4 – **SETOR REQUISITANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIAS DA PREFEITURA.

1.5 - O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados a Rua Juiz Emílio Carmo- 50- Centro- Paracambi- RJ, na sala da CPL/PMP, no horário de 09:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, mediante entrega de 01 Resma de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ.

2- DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem como objeto a **OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PARA DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, LIMPEZA, DESINFECÇÃO QUÍMICA E HIGIENIZAÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE CAIXAS D'ÁGUA, PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE, NAS UNIDADES DE SAÚDE E NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PARACAMBI**, conforme descritos e especificados no ANEXO 6 – Projeto Básico.

3 – PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderá participar do presente pregão presencial, a empresa que atender a todas as exigências, quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos.

3.2 - A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

3.3 - Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em regime de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação.



3.4 - Vedada a participação de pessoas jurídicas punidas com as sanções prescritas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 1993 e no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, seja qual for o Órgão ou Entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.

3.5 – Não será admitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

3.6 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

3.7 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham entre seus sócios qualquer pessoa ligada a integrantes do Poder Público Municipal de Paracambi, por laço de matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção.

3.8 – Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º, da Lei Federal nº 8.666/93.

3.8.1 - Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

3.9 – Não será permitida a participação de empresas que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

3.10 - Não será permitida a participação de sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.

4 - CREDENCIAMENTOS

4.1 - Para manifestar-se nas fases do procedimento licitatório, o representante único da empresa participante, deverá identificar-se com cédula de identidade e documentação apropriada, observando o que segue:

a) Quando o se tratar de titular, diretor ou sócio gerente da empresa, será exigida a apresentação de documento devidamente autenticado, comprobatório de sua capacidade para representá-la. Essa comprovação deverá ser feita mediante a apresentação dos Atos Constitutivos, Estatuto ou Contrato Social, e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no Registro Público competente, acompanhado da ata de Assembléia, indicando os atuais responsáveis pela Administração, salvo se já constarem no Contrato Social apresentado.

b) Quando se tratar de representante designado pela empresa, será exigida procuração ou carta de credenciamento (Anexo 4), fora de qualquer envelope, dirigida o Pregoeiro, em original ou cópia autenticada com dados de identificação do representante, juntamente com Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no Registro Público competente, acompanhado da ata da Assembléia, indicando os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no Contrato Social apresentado devendo constar, expressamente, poderes para participar de todos os atos do procedimento licitatório, inclusive para formular ofertas e lances de preços, bem como para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

4.1.1 - A não apresentação da documentação de credenciamento, impedirá a manifestação, em nome da licitante durante a abertura e o processamento da licitação, ressaltando-se que não acarreta o afastamento da licitação, mas tão somente impede a oferta de lances verbais e a apresentação de recursos em face das decisões do Pregoeiro.

4.1.2 – Estará impedido que um mesmo agente represente mais de um licitante na sessão pública de lances.



4.2 - Deverá ser apresentado pelo licitante juntamente com o credenciamento, e fora de qualquer envelope a Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (anexo 2), inclusive para as empresas que encaminham a documentação e proposta por via postal.

4.2.1 – O Pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que não apresentarem a declaração mencionada no item 4.2 de manifestarem verbalmente em atendimento às exigências editalícias, o que ficará registrado na ata da sessão.

4.3 – A Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, além de apresentação da Declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, para fins de habilitação, deverá apresentar declaração conforme Anexo 5 declarando que é beneficiária da Lei Complementar nº 123 de 2006, e que estão excluídas das vedações impostas no § 4º, do art. 3º desse dispositivo legal, sendo esta declaração não impeditiva da participação da licitante, apenas deixará de gozar do benefício.

4.4 – A Sociedade Cooperativa, além de apresentação da Declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, para fins de habilitação, deverá apresentar declaração conforme Anexo 5.1 declarando que observa o art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, que é beneficiária da Lei Complementar nº 123 de 2006, e que estão excluídas das vedações impostas no § 4º, do art. 3º desse dispositivo legal, sendo esta declaração não impeditiva da participação da licitante, apenas deixará de gozar do benefício.

4.5 – Os documentos necessários para o credenciamento poderão **ser autenticados até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes**, mediante apresentação do original para conferência, na CPL, situada na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 09:00 às 16:00 horas.

4.6 – Os documentos acima citados deverão ser apresentados fora dos envelopes de habilitação e proposta, e na hipótese de apresentação do Estatuto ou Contrato Social, isenta a presença dos mesmos no envelope de habilitação.

4.7 – O Pregoeiro poderá pedir, a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos.

5 – FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO

5.1 - No horário, data e local estabelecidos neste Edital as licitantes proponentes deverão apresentar sua proposta e documentação, em envelopes separados, fechados, colados ou lacrados, rubricados no fecho, contendo além da respectiva razão social e endereços, os seguintes dizeres:

Apresentação do envelope de proposta

ENVELOPE "A"- PROPOSTA DE PREÇOS
LICITAÇÃO N.º 018/2017
PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Apresentação do envelope de documentação:

ENVELOPE "B"- DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
LICITAÇÃO N.º 018/2017
PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

6 – DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

6.1. A efetiva participação no pregão presencial dar-se-á por meio de entrega da proposta de preços, até o dia e horário previsto no item 1.1.



6.1.1 – Não será recebido nenhum outro envelope, nem será admitida a sua troca após a data e o horário previstos no item 1.1.

6.2 – A Proposta de Preços deverá ser apresentada em envelope fechado, em 02 vias (original e cópia).

6.2.1 – É facultada ao licitante cotar todos, alguns ou somente um dos itens definidos no projeto básico ou termo de referência.

6.3 – A proposta de preços, deverá:

- a) conter indicação do preço unitário e total ofertado;
- b) conter a indicação da marca;
- c) conter preço final do objeto para cada item e o preço unitário ofertado na presente licitação;
- d) estar datilografada/digitada e assinada por seu representante legal, devendo ser aposto o nome do signatário e sua qualidade na empresa;

6.4 - A Proposta de Preços poderá ser apresentada em papel timbrado da licitante com todas especificações desde que esteja igual ao Formulário Oficial de Proposta, devidamente assinada, sob pena de desclassificação e sendo irrelevante qualquer acréscimo.

6.5 - O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances oferecidos durante a sessão pública.

6.6 - Incumbirá ao licitante acompanhar a sessão pública do pregão presencial, ficando responsável por quaisquer prejuízos diante da inobservância de qualquer ato ocorrido no certame.

6.7 - As propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no ANEXO 6 deste Edital serão desconsideradas.

6.8 - Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

- a) preço unitário em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;
- b) caso os valores da proposta apresentada contenham mais de duas casas decimais, será considerado apenas o valor constante nas duas primeiras casas, desconsiderando-se os demais.
- c) inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;
- d) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega das propostas;
- e) prazo de entrega será até 05 (cinco) dias, após autorização da ordem de fornecimento, e será definido de acordo com secretaria requisitante conforme estipulado neste edital, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração.

6.9 – As propostas de preço serão conferidas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio que poderá corrigir erros aritméticos nos cálculos e somatórios, observadas as seguintes condições:

I – onde houver discrepância entre os valores em algarismos e por extenso prevalecerão os valores por extenso;

II – onde houver discrepância entre os preços parciais e os valores totais prevalecerão os preços parciais, refazendo-se o somatório;

III – onde houver discrepância entre unitário e preço multiplicado pela quantidade prevalecerá o preço unitário;

IV – em se tratando de manifesto erro de digitação, como no caso de equívoco quanto às casas decimais, poderá o mesmo ser corrigido, independentemente dos critérios definidos acima;

V – em se tratando de omissão de um item de valor irrisório para o total cotado, poderá se considerar o mesmo incluído no preço total sem qualquer acréscimo.



6.10 – Serão desclassificadas, também, as propostas que apresentem uma das seguintes situações:

- I – não estejam devidamente assinadas;
- II – contenham reservas ou condições limitadoras à observância dos termos deste Edital e seus anexos.
- III – contenham omissões em relação a dados exigidos por este edital imprescindíveis para a avaliação da melhor proposta, inclusive para confirmar sua viabilidade;
- IV – apresente preço manifestamente inexequível ou que, comprovadamente, não puder ser executado pelo preço proposto, o que deverá ser objeto de demonstração objetiva pela Administração Municipal.
- V – possuam preço global ou unitário acima do valor estimado para esta licitação;
- VI – que apresentem preços unitários ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, conforme previsto no § 3º do artigo 44 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.
- VII – não estejam de acordo com os itens 5.1, 6.3, 6.4.

6.10.1. A correção dos preços nas condições previstas neste Edital poderá ser objeto de objeção pelo preponente, que, ao apresentá-lo, ensejará a desclassificação da proposta.

6.11 – No caso do Pregoeiro considerar o preço unitário como inexequível, concederá ao respectivo proponente o prazo de 02 (dois) dias úteis para que demonstre a viabilidade do preço proposto mediante documentação comprovando que os custos do item que pretende fornecer são coerentes com os de mercado ou que os coeficientes de produtividade são compatíveis com o fornecimento do objeto contratado.

7 – ABERTURA DA SESSÃO, PROCEDIMENTOS DO PREGÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 – No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando possuir os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

7.2 – Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca;

7.3 – Os envelopes, recebidos em sua totalidade, serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes credenciados das licitantes presentes ao certame;

7.4 – No caso excepcional de a sessão do pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob guarda do Pregoeiro, e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

7.5 – Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão o Pregoeiro, a declaração manifestando o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação;

7.6 – O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará a de menor preço e todas aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até **10% (dez por cento)**, àquela de menor preço global.

7.7 – Havendo empate entre duas ou mais propostas comerciais, após observada a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, será realizado sorteio para definição da ordem de fornecimento dos lances verbais.

7.8 - Quando não forem verificadas, pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item 7.6, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 3 (três), quaisquer que sejam os preços oferecidos;



7.9 – Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes;

7.10 – O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

7.11 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

7.12 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada preferencialmente no mesmo dia, sendo facultada o Pregoeiro a prorrogação.

7.12.1 – O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo e de valor dos lances, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da Sessão.

7.12.2 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes qualificados manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.13 – Quando não houver oferta de lances, em caso de empate, o critério de desempate será em primeiro lugar, a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, em segundo lugar, o de sorteio, realizado em sessão pública, para qual serão convidados todos os licitantes, na forma do previsto no §2º do artigo 45 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

7.14 – As microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, para utilizarem as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006, que deverão apresentar, fora dos envelopes, declaração (ANEXO 5) de que ostentam essa condição e de que não se enquadram em nenhum dos casos enumerados no § 4º do art. 3º da referida Lei Complementar nº 123/2006.

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 - Para julgamento do presente Pregão, será adotado como critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

8.1.1 – No caso de empate inicial, antes da fase de lances, entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no §2º do art. 3º da Lei Federal nº 8.666 de 1993, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

8.2 – Os licitantes só poderão oferecer lances inferiores aos lances por eles ofertados anteriormente.

8.2.1 – Os lances deverão ser ofertados em referência ao valor global, obedecido o critério de aceitabilidade de preço, constante no subitem 8.15 do edital.

8.3 – Será aceita a oferta de lance em valor superior ou no mesmo valor de lance anteriormente ofertado por outro licitante, sendo que, nesse último caso, prevalecerá, para fins de classificação, aquele oferecido em primeiro lugar.

8.4 – O Pregoeiro, ao término dos lances, procederá à licitante de segundo menor valor, a possibilidade redução do preço anterior ofertado, registrando o segundo menor preço mais vantajoso para Administração Pública, caso a licitante vencedora venha ser desclassificada.

8.5 - Após o fechamento da etapa de lances o Pregoeiro poderá apresentar contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.



8.6 – Após a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate, será assegurada como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedades cooperativas que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123 de 2006.

8.6.1 – Entende-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedade cooperativa que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada.

8.7 – Para efeito do disposto no subitem 8.6, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

8.7.1 – A microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedade cooperativa que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, melhor classificada, será convocada para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será o objeto adjudicado em seu favor.

8.7.2 – Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedade cooperativa que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, que se apresente na situação descrita no subitem 8.7.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no intervalo estabelecido no subitem 8.6.1, na ordem de classificatória, para exercício do mesmo direito;

8.7.3 – No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedade cooperativa que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.6.1 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

8.7.4 – Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, que se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 45 da Lei Complementar nº 123 de 2006, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda o Edital.

8.8 – Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem 8.6 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.9 – A condição prevista no subitem 8.6 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou por microempreendedor individual.

8.10 – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

8.11 – A desistência dos lances já ofertados sujeitará o licitante às penalidades previstas no item 18.1 do edital.

8.12 – Caso não se realizem lances verbais, será verificada pelo Pregoeiro a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, garantindo ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, bem como decidir sobre a sua aceitação.

8.13 - Após análise da proposta e documentação, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor do certame.

8.14 - Na hipótese da proposta ou do lance do vencedor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço por lote e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.



8.15 – O critério de aceitabilidade das propostas de preços pelo Município será o valor total da estimativa orçamentária, sendo desclassificada qualquer proposta de preços acima dos referidos critérios.

8.16 - O licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro, estará sujeito a desclassificação da proposta.

8.17 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, a licitante será declarada vencedora do pregão e será convocada para subscrever a assinatura do Contrato. Na hipótese de recusa em assinar o referido instrumento, poderá, a critério da Administração, ser aplicada a penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e de impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas em edital e das demais cominações legais, conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

9 - HABILITAÇÃO

9.1 – Os documentos do envelope “B” – documentos de habilitação – poderão ser apresentados em original ou em cópias devidamente autenticadas e não a autenticar, na forma do art. 32 da Lei Federal nº 8.666 de 1993 e no art. 6º, §2 do Decreto Municipal nº 4.482/2017. No caso dos documentos a serem autenticados por servidor da CPL, os mesmos poderão ser entregues na sala da CPL para sua autenticação, **até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes.**

9.1.1 – Não serão aceitos protocolos como substitutos de quaisquer das documentações exigidos neste Edital;

9.1.2–Nos casos em que a validade de qualquer das certidões apresentadas não estiver expressa no documento, será considerado o prazo máximo de **90 (noventa)** dias contados da data de emissão.

9.1.3 - Se o licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.1.4 – Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua português efetuada por Tradutor Juramentado e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

9.1.5 – Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

9.1.6 - A documentação apresentada destina-se exclusivamente à habilitação da interessada na presente licitação, não implicando em qualquer processo de cadastramento para futuras licitações.

9.2. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

9.2.1 – Habilitação Jurídica

9.2.1.1 Cédula de identidade e Certidão de matrícula no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresa individual;

9.2.1.2 Atos Constitutivos, Estatuto ou Contrato Social, e alterações subsequentes, em vigor e atualizados, devidamente registrados no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhada do documento de identificação dos responsáveis;

9.2.1.3 Documentos de eleição dos atuais administradores, em se tratando de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada no item 9.2.1.2 deste subitem;

9.2.1.4 Atos Constitutivos devidamente registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedades simples, acompanhando de prova da diretoria em exercício e documento de identificação;

9.2.1.5 Ato Constitutivo devidamente registrados no Cartório Competente, em se tratando de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, acompanhado do documento de identificação do responsável;



- 9.2.1.6 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- 9.2.1.7 Caso o respectivo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social não conste a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, a licitante deverá apresentar certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio (art. 3º da LC nº 123/2006 e arts. 1º e 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007) demonstrando a referida condição.

9.2.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista

- 9.2.2.1 Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ).
- 9.2.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual/ e/ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo da atividade e compatível com o objeto licitado;
- 9.2.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Contribuições Sociais e Dívida Ativa da União (ou positiva com efeito de negativa), expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em conjunto com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União. (Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014).
- 9.2.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Negativa do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (ou positiva com efeito de negativa) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente.
- 9.2.2.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante através da apresentação de Certidão Negativa de Regularidade de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), (ou positiva com efeito de negativa) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda e Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente.
- 9.2.2.6 Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal – CEF.
- 9.2.2.7 Prova de regularidade trabalhista através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.
- 9.2.2.8 Para todos os licitantes que possuam inscrição, ainda que eventual, no cadastro imobiliário do Município de Paracambi, as licitantes deverão apresentar a certidão expedida pelo Município de Paracambi e, conjuntamente, a certidão expedida pelo Município de sua sede.
- 9.2.2.9 As licitantes deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição.
- 9.2.2.10 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 9.2.2.11 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.



9.2.2.12 Para as licitantes estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro e no Município do Rio de Janeiro, as Certidões da Dívida Ativa Estadual e Dívida Ativa Municipal deverão ser as expedidas, respectivamente pela Procuradoria Geral do Estado e Procuradoria Geral do Município. Para as empresas não sediadas no Estado do Rio de Janeiro e no Município do Rio de Janeiro, o(s) documento(s) emitido(s) pelas Fazendas Municipal, Estadual ou do Distrito Federal, do domicílio ou sede da licitante deverá(ão) comprovar a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa ou demonstrar de outra forma documental tal situação fiscal, podendo, para tanto, estar(em) acompanhado(s) de legislação específica ou informação oficial do órgão fazendário.

9.2.2.13 O Pregoeiro, sempre quando necessário, efetuará consulta ao site da Receita Federal na internet para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, em observância à Instrução Normativa da SRF nº 200, de 13/09/2002, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos apresentados extraídos pela internet, junto aos sites dos órgãos emissores, para fins de habilitação.

9.2.2.14 As licitantes poderão apresentar “Certificado Cadastral” em substituição aos documentos de habilitação que já constem do cadastro municipal mantido pela CPL da Prefeitura Municipal de Paracambi, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes, nos termos do inciso XIV, art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002.

9.2.3 – Qualificação Econômico-Financeira

9.2.3.1 – Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, acompanhado da **DHP - Declaração de Habilitação Profissional**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

ILG ≥ 1,0 obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{ILG} = \frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{PC} + \text{ELP}}$$

Sendo:

ILG: índice de liquidez geral;

AC = ativo circulante;

PC = passivo circulante;

RLP = realizável a longo prazo,

ELP = exigível a longo prazo.

9.2.3.1.1 - O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis do último exercício social exigidos no item anterior deverão ser assinados por contabilista habilitado para tal e pelo responsável pela licitante.

9.2.3.1.2 - Na hipótese da licitante apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer um dos índices constante do item 9.2.31, a licitante poderá comprovar ter patrimônio líquido positivo mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor efetivo da proposta vencedora.

9.2.3.1.3 Entenda-se por “apresentados na forma da Lei”.

- a) As demonstrações Contábeis devem estar com Termo de Abertura e de Encerramento devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial do Estado, ou Cartório pertinente, com as respectivas folhas numeradas, ou seja, cópia fiel do Livro Diário, autenticado. Em se tratando de empresas sujeitas à tributação do imposto de renda com base no lucro real que se enquadra na Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007, deverá apresentar a Escrituração Contábil Digital (ECD) transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital, por meio de Recibo de Entrega de Livro Digital;



- b) As empresas constituídas na forma de Sociedade Anônima poderão apresentar cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União, do Estado, ou Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a empresa, ou em jornal de grande circulação;
- c) As Demonstrações Contábeis devem ser referente a um exercício completo, exceto o Balanço de Abertura que será apresentado por empresa constituídas no exercício em curso;
- d) Até 30 de junho serão aceitas Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado. Após essa data, é obrigatória a apresentação das Demonstrações do último exercício encerrado;
- e) A apresentação das Demonstrações Contábeis é obrigatória para a análise econômico-financeira de todas as empresas, independentemente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

9.2.3.2 Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa. Para as empresas sediadas na Cidade do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º ofícios do Registro de Distribuição. As empresas sediadas em outras Comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar Certidão Negativa de Falências de todos os ofícios do Registro de Distribuição de sua jurisdição e declaração passada pelo fórum local ou Juízo distribuidor, indicando quantos cartórios ou ofícios de registros competem àquelas distribuições.

9.2.3.3 As sociedades constituídas a menos de um ano poderão participar da licitação apresentando o balanço de abertura, assinado por contabilista habilitado e pelo representante da sociedade no lugar do documento.

9.2.4 – Qualificação Técnica:

9.2.4.1 - Um Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que a proponente executou de forma satisfatória os serviços de controle de vetores e pragas com características pertinentes e compatíveis com as exigidas no presente Projeto Básico.

9.2.4.2 - Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Profissional competente, para serviços de controle de vetores e pragas urbanas, desinsetização, desratização e similares.

9.2.4.3 - Declaração do Responsável Técnico, devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, de que acompanhará e se responsabilizará pelos serviços prestados durante todo o período da contratação;

9.2.4.4 - De acordo com a Resolução - RDC nº 18, de 29 de fevereiro de 2000 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, são habilitados para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas os seguintes profissionais: biólogo, engenheiro agrônomo, engenheiro florestal, engenheiro químico, farmacêutico, médico-veterinário e químico.

9.2.4.5 - Certidão de registro do Responsável Técnico no Conselho Regional competente na qual conste atestado de responsabilidade técnica em serviço de controle de vetores e pragas com características pertinentes e compatíveis com as exigidas no presente Projeto Básico.

9.2.5 – Documentação Complementar.

9.2.5.1 - Declaração, conforme modelo Anexo 3 deste Edital, consignando que:



- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo na condições de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui nenhum em seu quadro funcional servidor público ou diferente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art.94 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

10 - IMPUGNAÇÃO E QUESTIONAMENTOS AO ATO CONVOCATÓRIO

10.1 As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, e deverão ser formalizadas por escrito e encaminhadas ao Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação e protocoladas na sala da CPL, situada à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, não sendo reconhecidas impugnações encaminhadas via fax/e-mail.

10.2. O Pregoeiro deverá receber as impugnações e encaminhá-las diretamente para autoridade superior que se manifestará no prazo 24 (vinte e quatro) horas;

10.2.1. As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, sendo comunicadas aos adquirentes do edital, via fax, telegrama, email ou entrega pessoal, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas. Deferida a impugnação e o questionamento contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame, que será publicada nos mesmos veículos de divulgação originalmente publicados reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

10.2 – Os questionamentos serão disponibilizados a todos os interessados, imediatamente, e serão respondidos pelo Pregoeiro sendo comunicadas aos adquirentes do edital, via fax, telegrama, email ou entrega pessoal.

10.3 – Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos do Edital, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, de acordo com disposto no artigo 41 § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.



11 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Após declarado vencedor, caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal n.º 10.520/02, devendo o licitante **manifestar imediata e motivadamente** sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

11.1.1. A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

11.2. Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedida o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso sendo endereçadas ao Pregoeiro, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos conforme o artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/02.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor de acordo com o disposto no artigo 41 § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

11.4. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

11.5 – O Pregoeiro analisará o recurso para fins de reconsideração, fazendo subir à apreciação da autoridade superior em caso de manutenção da decisão.

11.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, email, correios ou que não tenham sido devidamente protocolados na sala da CPL.

12 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.

12.1.1 – No caso de haver interposição de recurso, caberá a autoridade competente a adjudicação do objeto.

12.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

13 – DO RECEBIMENTO

13.1 - O objeto será recebido pela efetiva aquisição de material/prestação do serviço, observada a seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;
- b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão de fiscalização após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

13.2 – Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto do contrato, o fato será comunicado à CONTRATADA, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.



13.3 – A fiscalização do contrato, ficará a cargo da Comissão de Fiscalização a ser designada pela Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Educação e Esportes e Fundo Municipal de Saúde, através de 3 (três) servidores designados.

14 - PRAZO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

14.1 – Assinado contrato, o prazo máximo para o início da execução deverá ser imediato, a contar da data de autorização de início de serviço, conforme estipulado neste edital, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração, nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

14.2 - O prazo de vigência do contrato administrativo somente poderá ser prorrogado nas hipóteses previstas no artigo 57, caput e parágrafos, da Lei Federal nº. 8.666/93.

15 – DO CONTRATO

15.1 – Conforme permissivo disposto no art. 62, parágrafo 4º, da Lei Federal n.º 8.666/93, em razão do fato de que o objeto licitado consiste em aquisição para entrega imediata e integral sem fixação de quaisquer obrigações futuras, fica dispensada a formalização de instrumento contratual, devendo ser este substituído por nota de empenho vinculada ao termo de referência anexo ao presente edital.

15.2 – Uma vez adjudicado o objeto e homologada a licitação, o MUNICÍPIO convocará a LICITANTE para assinar o contrato no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, prorrogável, a critério da Administração, por igual período.

15.3 – Presume-se a desistência da LICITANTE de celebrar o contrato quando, esgotado o prazo respectivo estipulado para sua celebração, não tenha ocorrido a aposição de assinatura de seus representantes legais no instrumento formal do contrato.

15.4 – Na hipótese de desistência, o Pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda o edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor.

15.5 – Nas situações previstas no subitem 15.3, o Pregoeiro deverá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

15.6. Não sendo assinado o contrato dentro do prazo de validade da proposta vencedora, está poderá ser prorrogada por até 30 (trinta) dias, se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

16 – DA GARANTIA

16.1 – O **MUNICÍPIO** a qualquer tempo, poderá exigir a prestação de garantia, em uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93, no patamar de 2% (dois por cento) do valor da contratação, a ser restituída após a execução satisfatória das obrigações da **CONTRATADA**.

16.2 – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do contrato.

16.3 – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e dois) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

17 – DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

17.1 – A fiscalização do cumprimento do objeto da presente licitação ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Educação e Esportes e Fundo Municipal de Saúde.

17.2 – Os atos da fiscalização realizados pelo MUNICÍPIO não eximirão a empresa a ser CONTRATADA de qualquer responsabilidade decorrentes da execução do contrato.

18 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS DEMAIS PENALIDADES



18.1 - A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, sujeita a **licitante**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso ou pelo atraso na conclusão de qualquer dos prazos estabelecidos, aplicada por dia de atraso;
- c) multa de 5% (cinco por cento) que incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “e”, observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520 de 2002.

18.1.1 - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do **Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou do Procurador Geral**, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência da **Prefeita Municipal**, segundo art. 51, parágrafo 5º do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

a) A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

18.1.2 – A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação podendo ser reduzido para 72 (setenta e duas) horas em situações urgentes devidamente justificadas ou ampliado para até 15 (quinze) dias quando a complexidade dos fatos assim o justificar.

18.1.3 – Cada uma das sanções previstas nas alíneas “a”, “e”, “f” do subitem 18.1 poderão ser aplicadas juntamente com as constantes na letra “b”, “c”, “d”.

18.1.4 – Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

18.1.5 - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

18.1.6 - A aplicação das sanções previstas no item 18 observará o disposto no Decreto Municipal nº 4.482/2017.

18.1.7 - O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93.

19 - RESCISÃO

19.1 - A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.



20 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. Os recursos financeiros correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

ORIGEM DOS RECURSOS: 100 – RECURSO PRÓPRIO / FMS – 0036

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39.17 / 3.3.9.0.39.05 / 3.3.9.0.39.08 / 3.3.9.0.39.95 / 3.3.9.0.39.00

DOTAÇÃO: 810 / 131 / 1280 / 1007 / 1852 / 146 / 949 / 55 / 50 / 1747 / 174 / 1268 / 1339 / 358 / 319 / 320 / FMS – 1204

21 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

21.1 – O **MUNICÍPIO** fará o pagamento referente a prestação do serviço, por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA** e aceita pelo Município.

21.2 – Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente a execução do objeto contratual.

21.3 – Não serão considerados efetivamente contemplado por qualquer entrega do objeto contratual os itens que esteja em desacordo com as descrições contidas neste Edital e no Termo de Referência, sujeitando a contratada à obrigação de reparar, corrigir ou substituir a prestação respectiva em caráter imediato.

21.4 – O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio observado o disposto no Decreto Municipal nº 4.481/2017.

21.5 – O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período do adimplemento da obrigação, devendo a **CONTRATADA** promover a entrada do pedido de pagamento, obedecidos o disposto no art. 40, XIV, “a” da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

21.6 – Caso se faça necessária à representação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

21.7 – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuíveis à **CONTRATADA**, serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, observado o limite máximo de 2% ao mês, a título de multa, e juros de 1% ao mês, a serem calculados sobre a parcela devida. Os pagamentos realizados pelo **MUNICÍPIO** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

21.8 – Caso o atraso de pagamento ultrapasse um ano, o valor será corrigido pelo IPCA.

22 – DA CONTAGEM DOS PRAZOS

22.1 – Na contagem dos prazos estabelecidos do edital, nos termos do art. 110, da Lei Federal nº 8.666/93, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

22.2 – Só se vencem os prazos referidos neste item em dia de expediente no órgão.

23 – ESTIMATIVA DE PREÇO

23.1 – O preço global para a execução do objeto desta Licitação foi estimado pela Administração Municipal em **R\$ 230.243,64 (Duzentos e trinta mil, duzentos e quarenta e três reais e sessenta e quatro centavos)**, conforme especificações do Projeto Básico.



23.2 – Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer com periodicidade anual e deverão utilizar o índice do IPCA.

23.2.1 – O advento do novo instrumento de negociação coletiva (acordo, convenção ou sentença normativa) que importe em aumento comprovado dos custos da mão de obra empregada na consecução do objeto licitado poderá ensejar a concessão de reequilíbrio da cláusula econômica do contrato administrativo, mediante expresse requerimento do contratado e após ultrapassados, no mínimo, 12 meses de vigência do acordo, convenção ou sentença normativa elencado pelo licitante em sua proposta.

23.2.2 – Em caso de renovação fundada no art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, caberá ao contratado ressaltar expressamente o direito ao reajuste e ao reequilíbrio como condição para renovação, sob pena de preclusão.

23.2.3 – O requerimento de reequilíbrio deverá ser instruído com demonstração analítica da alteração dos custos, por meio da apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria que fundamenta o reequilíbrio.

23.3 – A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

24 – PREÇOS MÁXIMOS ACEITÁVEIS

24.1 – Serão aceitos como preços máximos a serem praticados, os preços apresentados na Estimativa Orçamentária, sendo desclassificados os itens cujos preços apresentados estejam acima destes valores.

25 – VISITA TÉCNICA

25.1 - As empresas licitantes deverão visitar os locais onde serão realizados os serviços, de acordo com o estipulado na Parte A do presente Edital.

25.2 - As visitas destinam-se à vistoria, avaliação e ciência das empresas interessadas acerca das condições do local e peculiaridades atinentes à realização dos serviços que compõem o objeto da licitação, para fins de elaboração da proposta e demais efeitos decorrentes desse Edital.

25.3 - As visitas deverão ser feitas por profissional capacitado da empresa interessada, o qual deverá estar munido de documento de identificação, e previamente agendadas.

25.4 - No dia e hora agendados, um servidor das Secretarias Municipais de Administração, Secretaria Municipal de Educação e Esportes e Fundo Municipal de Saúde de Paracambi acompanhará a visita das empresas interessadas, emitindo a cada uma delas um "Atestado de Visita Técnica", que constitui requisito de habilitação.

26 – DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou aqueles relacionados aos documentos de habilitação, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura da Cidade de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

26.1.1 - É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase de licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deverá constar originalmente da proposta.

26.2. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas nos artigos 81 a 88, da Lei Federal n.º 8.666/93 e das previstas ainda na Lei Federal nº 10.520 de 2002.

26.3. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, Servidores da CPL, situada Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, tel.: (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103.

26.4 – Nos casos em que houver necessidade de autenticação dos documentos por servidor lotado na CPL, descritos no item 9.2 poderão ser feitas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas antes da entrega dos envelopes.

26.5 – Na contagem dos prazos estabelecidos no procedimento licitatório, serão observados no art. 110 e seu parágrafo da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

26.6 – A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666 de 1993, assegurado o direito de prévia defesa sobre os motivos apresentados para prática do ato de revogação ou anulação.

26.7 – As quantidades mencionadas na proposta ofertada referem-se a previsão de consumo, as quais não implicam em obrigatoriedade de contratação de tais volumes de fornecimento pela Administração durante a vigência do Contrato, servindo apenas como referencial para a elaboração da proposta dos licitantes.

26.8 – Não será aceita a forma de subcontratação na execução do contrato com exceção do estabelecido no item 4 do Projeto Básico.

26.9 - O Pregoeiro manterá em seu poder, até a formalização do contrato/ata de registro com o Adjudicatário, os envelopes de habilitação fechados dos licitantes que não tiveram seus documentos analisados. Após e desde que não haja recurso administrativo pendente, ação judicial em curso ou qualquer outro fato impeditivo, os licitantes deverão ser notificados a retirar os envelopes de habilitação, no prazo de 60 dias. Se houver recusa expressa ou tácita do interessado, o pregoeiro estará autorizado a inutilizá-los.

27-INTEGRAM ESTE EDITAL OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar 123/2006
Anexo 6	-	Termo de Referência
Anexo 7	-	Minuta de Contrato
Anexo 8	-	Projeto Básico
Anexo 9	-	Atestado de Visita Técnica

ELIAS FERREIRA DA ROSA
Pregoeiro - CPL/PMP



ANEXO 1
FORMULÁRIO OFICIAL DE PROPOSTA

Processo n.º 275/2017

Licitação n.º 018/SEMUS/2017

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PARA DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, LIMPEZA, DESINFECÇÃO QUÍMICA E HIGIENIZAÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE CAIXAS D'ÁGUA, PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE, NAS UNIDADES DE SAÚDE E NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PARACAMBI.

EMPRESA:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

BANCO/AGÊNCIA:

CONTA BANCÁRIA Nº:

E-MAIL:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PARA DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, LIMPEZA, DESINFECÇÃO QUÍMICA E HIGIENIZAÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE CAIXAS D'ÁGUA, PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE, NAS UNIDADES DE SAÚDE E NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PARACAMBI.		

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS

DATA:

Carimbo de CNPJ

Assinatura do Representante legal da Empresa devidamente identificado



ANEXO 1.1
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PARA DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, LIMPEZA, DESINFECÇÃO QUÍMICA E HIGIENIZAÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE CAIXAS D'ÁGUA, PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE, NAS UNIDADES DE SAÚDE E NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PARACAMBI.	R\$ 19.186,97	R\$ 230.243,64

VALOR TOTAL: R\$ 230.243,64 (Duzentos e trinta mil, duzentos e quarenta e três reais e sessenta e quatro centavos).

PREÇOS COLETADOS JUNTO AO MERCADO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



ANEXO 1.2

PLANILHA DAS SECRETARIAS E UNIDADES

UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL:

UNIDADES ESCOLARES	CAIXA D'ÁGUA	CISTERNA	Quant. M²	Valor UN	Dedetização	Limpeza
Sede da Secretaria de Esportes e Educação	1x 1.000L		2.790M²			
E. M. de Ponte Coberta	02x 1.000L	01x 5.000L	648,15M²			
E. M. da Floresta	04x 2.000L	01x23.000L 03x 5.000L	360M²			
E. M. Hortência Phirro do Valle	03x 1.000L	01x 5.000L	194,00M²			
Creche Municipal Vila São José	01x 5.000L	01x 3.000L	99,00M²			
E. M. Profª Odete Teixeira da Silva	04x 2.000L	01x23.000L 03x 5.000L	3.174,06M²			
E. M. Gov. Roberto Silveira	04x 4.000L	01x 20.000L	3.174,06M²			
E. M. Margarida Alves	03x 1.000L	01x 9.000L	413,52M²			
E. M. Prof. Nicola Salzano	02x 25.000L	02x 30.000L	2.790M²			
E. M. Prof. Hélio Ferreira da Silva	02x 5.000L 01x 1.000L	02x 5.000L	850,02M²			
E. M. Dias da Costa	08x 1.000L	01x 5.000L	600M²			
E. M. Carlos Nabuco	02x 1.000L		157,50M²			
E. M. Allan Kardec	01x 1.000L 02x 500L		62,10M²			
E. M. Santo Antônio – Ensino Pré - Escolar	03x 1.000L	01x 5.000L	840M²			
E. M. Terra De Educar	09x 1.000L	01x 5.000L 01x 25.000L	2.621M²			
E. M. Azeredo Coutinho	02x 1.000L		269,53M²			
E. M. de Mário Bello	01x 1.000L	01x 6.000L	271,62M²			
E. M. São José	02x 1.000L		269M²			
19- E. M. Profª Almiracir Segat	02x 1.000L		56,70M²			
E. M. Boa Esperança	03x 1.000L	01x 9.000L	157,50M²			
E.M. Dariele Cristina Teixeira de Oliveira	05x 1.000L	01x 5.000L	89,25M²			
TOTAL GERAL			19.887,01M²			

RELAÇÃO DAS UNIDADES DA PREFEITURA:

UNIDADES DA REDE MUNICIPAL:

Unidades da Prefeitura	CISTERNA	CAIXA D'ÁGUA	QUANT. M²	VALOR UN	Dedetização	Limpeza
Prefeitura	5.000	5.000	634,64M²			
Procuradoria Geral		1.000				
Secretaria de Administração						
Secretaria de Finanças						
Secretaria de Governo						
Secretaria de Planejamento		2 x 1.000				
Secretaria de Relações Institucionais						



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura da Cidade de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

Defesa Civil		1.000	124,41M ²			
IPTU		20.000	57,88M ²			
Guarda Municipal		2.000	159,88M ²			
TOTAL GERAL			R\$976,81M²			

UNIDADE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DA REDE MUNICIPAL:

<u>Unidade da Secretaria de Agricultura</u>	CISTERNA	CAIXA D'ÁGUA	QUANT. M ²	VALOR UN	Dedetização	Limpeza
Sede da Secretaria de Agricultura		1.000	79,38M ²			
TOTAL GERAL			79,38M²			

RELAÇÃO DAS UNIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TERCEIRA IDADE:

<u>Unidades da Secretaria de Assistência Social e Terceira Idade</u>	CISTERNA	CAIXA D'ÁGUA	QUANT. M ²	VALOR UN	Dedetização	Limpeza
Sede Assistência Social		1.000	107,56M ²			
CREAS		1.000	321,05M ²			
CRAS		1.000	86,76M ²			
Qualidade de Vida da Terceira Idade		1.000	158,20M ²			
Conselho Tutelar		2 x 1.000	285M ²			
TOTAL GERAL			958,57M²			

UNIDADES DA SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO DA REDE MUNICIPAL:

<u>Unidades da Secretaria de Cultura e Turismo</u>	CISTERNA	CAIXA D'ÁGUA	QUANT. M ²	VALOR UN	Dedetização	Limpeza
Sede da Secretaria de Cultura		1.000	213,72M ²			
Clube Municipal Cassino		2 x 1.000	115,94M ²			
Escola de Música Villa-Lobos		3 x 1.000	612,92M ²			
Teatro		500	79,00M ²			
Espaço Ciências e Brinquedoteca		2 x 1.000	200M ²			
TOTAL GERAL			1.221,58M²			

<u>Unidade da Secretaria de Desenvolvimento Econômico</u>	CISTERNA	CAIXA D'ÁGUA	QUANT. M ²	VALOR UN	Dedetização	Limpeza
Sede da Secretaria de Desenvolvimento Econômico		1.000	189,34M ²			
TOTAL GERAL			189,34M²			

UNIDADE DA SECRETARIA DE ESPORTE DA REDE MUNICIPAL:

<u>Unidade da Secretaria de Esporte</u>	CISTERNA	CAIXA D'ÁGUA	QUANT. M ²	VALOR UN	Dedetização	Limpeza
Sede da Secretaria de Esporte			378,10M ²			
TOTAL GERAL			378,10M²			

RELAÇÃO DA UNIDADE DA SECRETARIA DE EIO AMBIENTE:

UNIDADE DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DA REDE MUNICIPAL:

<u>Unidade da Secretaria de Meio Ambiente</u>	CISTERNA	CAIXA D'ÁGUA	QUANT. M ²	VALOR UN	Dedetização	Limpeza
Sede da Secretaria de Meio Ambiente		1.000	1.050M ²			
TOTAL GERAL			1.050M²			

UNIDADE DA SECRETARIA DE OBRAS DA REDE MUNICIPAL:



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura da Cidade de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

Unidade da <u>Secretaria de Obras</u>	CISTERNA	CAIXA D'ÁGUA	QUANT. M²	VALOR UN	Dedetização	Limpeza
Sede da Secretaria de Obras		1.000	189,34M²			
TOTAL GERAL			189,34M²			

UNIDADE DA SECRETARIA DE TRABALHO E RENDA DA REDE MUNICIPAL:

Unidade da <u>Secretaria de Trabalho e Renda</u>	CISTERNA	CAIXA D'ÁGUA	QUANT. M²	VALOR UN	Dedetização	Limpeza
Sede da Secretaria de Trabalho e Renda		1.000L	283,05M²			
TOTAL GERAL			283,05M²			

UNIDADES DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL:

REDE MUNICIPAL SEC. SAÚDE POSTOS DE SAÚDE	CISTERNA	CAIXA D'ÁGUA	QUANT. M²	VALOR UN	Dedetização	Limpeza
Posto de Saúde Leão XII- Lages	1.000	2 x 1.000	341,84M²			
Módulo de Saúde Comunitário de Jardim Nova Era	7.000	2 x 1.000	46,01 M²			
Módulo de Saúde Comunitário de Cascata		1.000	140,17 M²			
Módulo de Saúde Comunitário de São José	6.000	2.000	54 M²			
Módulo de Saúde Comunitário de Sabugo		2 x 1.000	170,25 M²			
Módulo de Saúde Comunitário de Guarajuba		1.000	1.089,75 M²			
Módulo de Saúde Comunitário de Km 09		2 x 1.000	153,36 M²			
Módulo de Saúde Comunitário de Ponte Coberta		1.000	197,00 M²			
Módulo de Saúde Comunitário de Saudoso	4.000	2 x 1.000	9 M²			
Módulo de Saúde Comunitário de Paracambi		500	650 M²			
Centro Municipal de Saúde Coletiva de Bom Jardim		1.000	170,10 M²			
Posto de Saúde Cabral		1.000	53,96 M²			
Posto de Saúde Vitória da União		2 x 1.000	160,27 M²			
Posto de Saúde do Amapá	5.000	2 x 1.000	210,94 M²			
Posto 1º de Maio (BNH)		2 x 1.000	612,35 M²			
Centro Municipal de Saúde Coletiva da chacrinha		2 x 1.000	911,23 M²			
Posto Municipal de Saúde do Pacheco		2 x 1.000	210 M²			
SECRETARIA DE SAÚDE			0			
Coordenação de Saúde	4.000	1.500	158,45 M²			
Laboratório Municipal	3.000	5.000	241,91 M²			
RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS						
Rua Dr. Pedro Nabuco, nº 101		500 1.000	221,55 M²			
Rua Maximiniano de Carvalho, 408 - Lages	10.000	3 x 1.000	381,36 M²			
Rua Paracambi, 82 - Lages	5.000	2 x 2.000	191,53 M²			
Rua São Judas Tadeu, 107 - guara	40.000	3 x 2.000	198 M²			
Rua Prof. Luiza Drumond dos Reis, 222 - Lages	Direto Rua	1.000	186 M²			



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura da Cidade de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

Estr. Eduardo Pereira Dias, 1186 - Guara	2.000	1.000	290,98 M²			
Rua Domimique Level, 400 - Cenrt	500	2 x 1.000	292,78 M²			
CAPS AD		2 x 1.000	142,98 M²			
CAPS - Fábrica		2 x 1.000	815,94 M²			
CAPS Vila Esperança		3 x 1.000	750 M²			
CASAS DE PASSAGEM			0			
Rua José Luiz de Amorim nº 155	20.000		0			
Casa 01		1.000	78,26 M²			
Casa 02		1.000	78,26 M²			
Casa 03		1.000	78,26 M²			
Casa 04		1.000	78,26 M²			
Casa 05		1.000	78,26 M²			
Casa 06		1.000	78,26 M²			
Casa 07		1.000	78,26 M²			
Casa 08		1.000	78,26 M²			
Casa 09		1.000	78,26 M²			
Casa 10		1.000	78,26 M²			
Hospital Municipal Dr. Adalberto da Graça	30.000	20.000	1.343,37 M²			
Farmácia Popular do Brasil - Pbi		2 x 1.000	240,82 M²			
Almoxarifado Geral da Secretaria de Saúde			825,54 M²			
TOTAL GERAL			12.244,04 M²			



ANEXO 2
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A (nome da empresa), CNPJ nº _____, sediada a Rua _____, DECLARA para os devidos fins que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, referente à licitação na modalidade Pregão Presencial nº ____/CPL/2017.

Por ser verdade, subscrevo-me.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 3 MODELO DE DECLARAÇÃO

Razão Social:

Prezados Senhores,

Em atenção ao Pregão Presencial nº 018/CPL/2017 nossa empresa declara que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo na condições de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui nenhum em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art.94 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 4 MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

À
Comissão Permanente de Licitação

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/CPL/2017

Prezados Senhores,

Credenciamos o/a Sr (a), nacionalidade, cédula de identidade nº, emitido pelo, para, em nome da(nome da empresa)....., participar do Pregão Presencial sob referência, podendo, para tanto, juntar e apresentar documentos, apresentar propostas, assinar atos e termos, requerer e deliberar, apresentar recursos, renunciar a direitos, inclusive recursos, e tudo o mais que se fizer necessário, de acordo com o Edital.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 5
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA
DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/CPL/2017

Prezados Senhores,

_____, com sede na _____, inscrita no CNPJ nº _____, vem, por intermédio do representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de Identidade n° _____ e do CPF/MF n° _____, DECLARAR, sob as penas da Lei, que é _____(MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE ou MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME/EPP/MEI e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após abertura da Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação.

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.



ANEXO 5.1
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA
DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006 (SOCIEDADES COOPERATIVAS)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/CPL2017

Prezados Senhores,

_____, com sede na _____, inscrita no CNPJ nº _____, vem, por intermédio do representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de Identidade n° _____ e do CPF/MF n° _____, DECLARAR, sob as penas da Lei, que observa o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007 e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após abertura da Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas Licitantes que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123 de 2006.

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.



ANEXO 6

PROJETO BÁSICO

1 - OBJETO

Contratação de empresa especializada, para Dedetização, Desinsetização, Desratização e limpeza e desinfecção química e reservatórios de caixas d'água, para atender as Unidades Escolares da Secretaria de Educação e Esporte, nas Unidades de Saúde e nas Secretarias Municipais de Paracambi.

2- DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS.

Os serviços de limpeza sanitização e desinfecção química deverão ser executados da seguinte forma e nas conforme e nos locais indicados na planilha e anexo:

1- DESINSETIZAÇÃO: Para Combater Insetos em geral:

1.1. Utilizar ao longo das instalações internas e externas solução de inseticida biodegradável, inodoro e de ação residual, com a finalidade de impedir a instalação e proliferação dos insetos.

1.2. Complementar o trabalho com aplicação de substâncias atóxicas nos ambientes internos e externos e seus respectivos compartimentos. Os produtos serão aplicados sem que as pessoas necessitem desocupar o ambiente, exceto em casos extraordinários após autorização dos fiscais do contrato.

1.3. Aplicar o inseticida nas superfícies horizontais e verticais, pequenas frestas e fenda; no interior de interruptores e tomadas; sob mesas, balcões, gavetas, gabinetes de pia, e onde necessário.

2- DESRATIZAÇÃO: Realizar o controle de roedores por meio da instalação de dispositivos permanentes que acondicionam as iscas raticidas, fixados ao longo das instalações externas e/ou internas das Unidades Escolares da SMEE, nas Unidades de Saúde e nas Secretarias Municipais.

2.1. Proteger com dispositivos as iscas raticidas de intempéries e evitando que pessoas ou animais tenham contato com as substâncias químicas empregadas no controle (iscas).

2.2. Mapa de Controle Ambiental a Vetores.

2.2.1. Confeccionar o MAPA DE CONTROLE AMBIENTAL A VETORES contendo a posição dos portas-isca em cada setor da área tratada. Os tubos e armadilhas para roedores serão instalados em diversos pontos e informados a CONTRATANTE a quantidade e localização exatos.

2.2.2. Instalar portas-isca, com identificação mediante numeração e etiquetas.



2.2.3. Monitorar os portas-isca, com coleta de dados sobre consumo, oxidação, desgaste natural e reposição das iscas.

2.2.3. Confeccionar LAUDO TÉCNICO discriminando produtos utilizados, níveis de infestação, gráficos, registro de não conformidades, medidas corretivas recomendadas.

2.3. Instalação e Reposição de PPE'S, tubos portas-isca e armadilhas colantes.

2.3.1. Instalar na implantação dos serviços, PPE'S (Postos Permanente de Envenenamento) na área externa e tubos portas-isca no anel sanitário contendo iscas raticidas, devidamente numerados e identificados, sem ônus para a CONTRATANTE.

2.3.2. Consignar os acessórios (tubos portas-isca e armadilhas colantes) de controle de roedores instalados pela CONTRATADA, através de Nota Fiscal, ficando a CONTRATANTE responsável pela guarda dos mesmos.

2.4. Periodicidade e serviços que deverão ser executados

2.4.1. Desinsetização/desratização: O controle monitorado de pragas e roedores compreenderá as medidas utilizadas no controle integrado de pragas e roedores, complementado com as visitas de monitoramento e revisão de pontos críticos.

2.4.2. Os produtos utilizados no controle de pragas, desinsetização/desratização, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA. Terão que possuir registro no Ministério da Saúde. A empresa CONTRATADA deverá possuir todos os tipos de produtos existentes utilizados no controle de pragas mencionados, além de tecnologia e conhecimento para manuseio e aplicação dos mesmos.

2.4.3. Utilizar somente produtos com registro nos órgãos sanitários competentes (MS/ANVISA), autorizados e específicos para uso com segurança em estabelecimento de saúde, validados pela CONTRATANTE.

2.4.4. A CONTRATADA deverá apresentar a SECRETARIAS tabela contendo as seguintes informações: nome comum, grupo químico, ação tóxica, antídoto e tratamento, número de Registro no Ministério da Saúde, dos produtos utilizados para cada praga alvo de controle a que se destinará o produto.

A Empresa Vencedora fará um controle de pragas referente desinsetização e desratização objetivando o controle da população de insetos e roedores em diversas áreas, sendo áreas internas e externas pertencentes a todas as Secretarias em cumprimento às normas e padrões de higiene ambiental definidos pela Legislação federal, estadual e/ou municipal regulada através de suas Secretarias de Saúde e Vigilância Sanitária, atendendo também a RDC ANVISA 018 de 29/02/2000, RDC 052 de 22/10/2009 e RDC 020 de 05/2010 e suas atualizações, e a RDC nº 326 de 09 de novembro de 2005 da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) em seu Art.02 que cuida do gerenciamento de produtos para controle de insetos, roedores e de outros animais incômodos ou nocivos à saúde.

3- LIMPEZA DOS RESERVATÓRIOS DE D'ÁGUA: A higienização das caixas d'água tem por objetivo:

3.1. Controlar, combater, eliminar contaminantes da água. Relatórios de execução dos serviços assinado por profissional que acompanhou a execução do mesmo. A licitante vencedora deverá esvaziar os reservatórios,



executar consertos de vazamentos existentes, remoção de resíduos e enxágüe das paredes e do fundo com material indicado pela ANVISA ou outros órgãos de fiscalização.

3.2. Concluindo a limpeza, executar o procedimento de desinfecção dos reservatórios e caixas da água utilizando produtos químicos registrados na ANVISA/Ministério da Saúde, a fim de eliminar bactérias patogênicas, germes e coliformes contaminantes da água.

3.3. Emitir certificado de garantia de, no mínimo, 06 (seis) meses para os serviços de limpeza e desinfecção de caixas da água e cisternas. Durante o período de garantia de seis meses, se houver necessidade de revisão dos serviços realizados em qualquer caixa da água ou cisterna a contratada terá até 24 (vinte quatro) horas para solucionar o problema, sem ônus para a contratante.

3- DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1. Implementação de manejo integrado de pragas com emprego simultâneo de técnicas no manejo de produtos químicos e físicos, com ênfase no caráter preventivo, buscando solucionar e prevenir as infestações, eliminando a fonte do problema no âmbito hospitalar.

3.2. O serviço deverá ser realizado através de um conjunto de técnicas e produtos domissanitários de alta qualidade (liberados e supervisionados pela Vigilância Sanitária). Deverão ser de baixo odor e toxicidade.

3.3. A desinsetização visa eliminar e prevenir infestações de todos os tipos de insetos rasteiros e voadores. Os produtos utilizados não poderão oferecer riscos às pessoas e ao meio ambiente, mesmo que insignificantes, devendo ser tomadas medidas preventivas visando torná-los nulos.

3.4. A desinsetização e desratização no ambiente das Unidades Escolares da SMEE, nas Unidades de Saúde e nas Secretarias Municipais. corresponderão à área total das Unidades.

3.4.1. O cronograma para o serviço de limpeza e desinfecção química de caixas d'água e reservatórios serão definidos com o fiscal do Contrato.

3.5. Os serviços serão realizados em horários diurnos conforme cronograma definido pela CONTRATANTE.

3.6. DESINSETIZAÇÃO/DESRATIZAÇÃO – Para Combater Insetos em geral:

3.6.1. Utilizar ao longo das instalações internas e externas solução de inseticida biodegradável, inodoro e de ação residual, com a finalidade de impedir a instalação e proliferação dos insetos.



3.6.2. Complementar o trabalho com aplicação de substâncias atóxicas nos ambientes internos e externos e seus respectivos compartimentos. Os produtos serão aplicados sem que as pessoas necessitem desocupar o ambiente, exceto em casos extraordinários após autorização dos fiscais do contrato.

3.6.3. Aplicar o inseticida nas superfícies horizontais e verticais, pequenas frestas e fenda; no interior de interruptores e tomadas; sob mesas, balcões, gavetas, gabinetes de pia, e onde necessário.

3.6.4. Para Combater Roedores:

3.6.4.1. Realizar o controle de roedores por meio da instalação de dispositivos permanentes que acondicionam as iscas raticidas, fixados ao longo das instalações externas e/ou internas das Unidades Escolares da SMEE, nas Unidades de Saúde e nas Secretarias Municipais.

3.6.4.2. Proteger com dispositivos as iscas raticidas de intempéries e evitando que pessoas ou animais tenham contato com as substâncias químicas empregadas no controle (iscas).

3.6.5. Mapa de Controle Ambiental a Vetores

3.6.5.1. Confeccionar o **MAPA DE CONTROLE AMBIENTAL A VETORES** contendo a posição dos portas-isca em cada setor da área tratada. Os tubos e armadilhas para roedores serão instalados em diversos pontos e informados a CONTRATANTE a quantidade e localização exatos.

3.6.5.2. Instalar portas-isca, com identificação mediante numeração e etiquetas.

3.6.5.3. Monitorar os portas-isca, com coleta de dados sobre consumo, oxidação, desgaste natural e reposição das iscas.

3.6.5.4. Confeccionar **LAUDO TÉCNICO MENSAL** discriminando produtos utilizados, níveis de infestação, gráficos, registro de não conformidades, medidas corretivas recomendadas.

3.6.6. Instalação e Reposição de PPE'S, tubos portas-isca e armadilhas colantes

3.6.6.1. Instalar na implantação dos serviços, PPE'S (Postos Permanente de Envenenamento) na área externa e tubos portas-isca no anel sanitário contendo iscas raticidas, devidamente numerados e identificados, sem ônus para a CONTRATANTE.

3.6.6.2. Consignar os acessórios (tubos portas-isca e armadilhas colantes) de controle de roedores instalados pela CONTRATADA, através de Nota Fiscal, ficando a CONTRATANTE responsável pela guarda dos mesmos. Em caso de rescisão contratual, os mesmos serão retirados pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

3.6.6.2.1. Se, durante a vigência do contrato ou na rescisão contratual, for comprovado, que algum dos acessórios consignados e mencionados no quadro abaixo, foi extraviado ou danificado, salvo o desgaste natural de uso, será cobrado da CONTRATANTE, através de Nota Fiscal o valor da reposição.



MODELO	TIPO
PPE'S	Portas-isca PVC
Armadilha colante	Túnel PVC
Armadilha colante	Refil

3.6.7. Periodicidade e serviços que deverão ser executados

3.6.7.1. Desinsetização/desratização: O controle monitorado de pragas e roedores compreenderá as medidas utilizadas no controle integrado de pragas e roedores, complementado com as visitas de monitoramento e revisão de pontos críticos, realizados periodicamente conforme tabela abaixo, com a realização de tratamentos adequados e/ou monitoramento do controle das pragas e roedores.

3.6.7.2. Periodicidade da aplicação dos produtos:

Serviços de aplicação de produtos	Periodicidade
Pulverização do perímetro das áreas externas	mensalmente
Termonebulização na área externa	mensalmente
Pulverização redes de esgoto e pluvial	mensalmente
Aplicação de gel nas áreas administrativas e áreas alimentícias (cozinha e refeitório).	mensalmente
Monitoramento dos setores internos, com aplicação	semanalmente
(pulverização ou gel) nas áreas liberadas	mensalmente

3.6.7.3. O cronograma, contendo data e horários de aplicações na desinsetização e desratização, será definido em conjunto entre o fiscal da CONTRATADA e o responsável da CONTRATANTE, considerando os horários e datas que melhor atenderem as necessidades da SMEE.



3.7. LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO BACTERIOLÓGICA DOS RESERVATORIOS DE D'ÁGUA

3.7.1. Procedimentos a serem adotados pela contratada:

3.7.1.1. Programar o dia para a limpeza, juntamente com o contratante e de acordo com a disponibilidade de cada local. Durante a vigência do contrato serão realizadas, no mínimo, duas limpezas em cada uma das caixas d'água constantes no referido Projeto Básico, sendo a primeira delas nos primeiros sessenta dias contados da data da assinatura do contrato e a segunda, após 06 (seis) meses do encerramento da primeira, num período de sessenta (60) dias, sempre mediante prévio agendamento.

3.7.2. Fechar antes da execução dos serviços os registros de entrada d'água.

3.7.3. Fechar os registros de saída d'água para evitar que o resíduo da limpeza entre na rede de água limpa.

3.7.4. Verificar a situação estrutural do reservatório.

3.7.5. Esvaziar o reservatório.

3.7.6. Armazenar água do próprio reservatório para efetuar a limpeza da caixa d'água.

3.7.7. Escovar, com material apropriado e limpo, as paredes internas, fundo e tampa do reservatório.

3.7.8. Utilizar materiais adequados para a limpeza dos reservatórios, como balde, escada, vassoura (cerda de plástico), escovão (cerda de plástico).

3.7.9. Eliminar todas as sujeiras existentes nas caixas d'água, inclusive manchas, quando possível.

3.7.10. Aplicar os produtos necessários à desinfecção dos reservatórios.

3.7.11. Retirar, manualmente, os resíduos finais com auxílio de panos e esponjas.

3.7.12. Enxaguar todo o reservatório com água limpa e novamente esgotá-lo.

3.7.13. Verificar a situação estrutural do reservatório, investigando a existência de fendas e/ou rachaduras que permitam vazamento ou infiltração. Em caso positivo, deverá ser comunicado ao contratante para providenciar os reparos necessários.

3.7.14. Verificar as condições das tampas para verificar se estão devidamente vedadas de modo a impedir a entrada de poeira, insetos e outros tipos de organismos que propiciem a contaminação da água. Caso não estejam, a contratada deverá comunicar à fiscalização do Tribunal, para a adoção das medidas cabíveis.

3.7.15. Verificar o funcionamento de torneiras bóias e automáticos, informando à fiscalização, caso seja necessário algum conserto.



3.7.16. Após a limpeza os registros deverão ser abertos para que os reservatórios encham novamente.

3.7.17. Os funcionários da contratada deverão utilizar os equipamentos de proteção individual, como bota de borracha de cano longo, luvas de borracha, óculos de segurança, macacão de borracha, etc.

3.7.18. Nos prédios que possuem caixas inferiores e superiores, a limpeza deverá iniciar pelas caixas inferiores, tendo-se o cuidado de antes encher as caixas superiores. As caixas superiores serão enxaguadas com água das caixas inferiores, limpas e desinfetadas.

3.7.19. Eventuais danos que ocorram nos locais de realização dos serviços, constantes no Termo, produzidos pela contratada, terão que ser ressarcidos ao contratante

3.7.20. Atender de imediato chamados de intercorrências da CONTRATANTE.

4- JUSTIFICATIVA

4.1. Contratar empresa especializada na prestação de serviços de controle de pragas referente desinsetização e desratização objetivando o controle da população de insetos e roedores em diversas áreas, sendo áreas internas e externas pertencentes às Unidades Escolares, nas Unidades de Saúde e nas Secretarias Municipais, em cumprimento às normas e padrões de higiene ambiental definidos pela Legislação federal, estadual e/ou municipal regulada através de suas Secretarias de Saúde e Vigilância Sanitária, atendendo também a RDC ANVISA 018 de 29/02/2000, RDC 052 de 22/10/2009 e RDC 020 de 05/2010 e suas atualizações, e a RDC nº 326 de 09 de novembro de 2005 da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) em seu Art.02 que cuida do gerenciamento de produtos para controle de insetos, roedores e de outros animais incômodos ou nocivos à saúde.

4.2. Os serviços contratados de Conservação e Limpeza Interna e Externa nas Unidades Escolares, nas Unidades de Saúde e nas Secretarias Municipais, não dispõem de servidores treinados para essa atividade, uma vez que a limpeza de reservatórios de água potável consiste na desinfecção dos mesmos, de forma a promover a destruição de organismos patogênicos encontrados no meio mantendo os padrões de potabilidade da água destinada ao consumo humano. Além disso, sendo a manutenção das condições adequadas de higiene da água consumida essencial ao bem estar e à saúde, as autoridades sanitárias recomendam a realização desse tipo de serviço a cada 06 (seis) meses, através de empresa com registro ou inscrição no Conselho Regional de Química (CRQ), acompanhado das provas de quitação da empresa e do responsável técnico e certificado de registro no Instituto Estadual do Ambiente (INEA), autorizando a empresa a desempenhar atividades de limpeza e higienização de reservatórios de água, no Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com a Lei nº. 1.893, de 20/11/1991.

5- OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Visando à execução do objeto deste Projeto básico, a CONTRATADA se obriga a:



5.1.1. Fornecer cópia do Alvará Sanitário atualizado, fornecido pelo órgão competente.

5.1.2. Fornecer alvará de localização emitido pelo órgão municipal competente.

5.1.3. Atender a legislação sanitária vigente no âmbito municipal, estadual e federal.

5.1.4. Atender na íntegra a legislação sanitária vigente, contemplando também as RDC's ANVISA, nº 52 de 22 de outubro de 2009 e suas atualizações; RD nº 20 de maio de 2010 (ambas revogaram a RDC 18/2000) sem prejuízo das demais legislações citadas.

5.1.5. Fazer análise, bem como emitir o Laudo de Portabilidade, a ser realizadas de acordo com a Portaria MS/ANVISA nº 2.914/2011.

5.1.6. A empresa deverá utilizar produtos devidamente registrados no órgão de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, devendo com seus rótulos em conformidade com os art. 93, 94, 114 e 115 do Dec. Fed. nº 79.094 de 05/01/1977.

5.1.7. Fornecer Certificado de Responsabilidade Técnica (CRT) emitido pelo conselho de classe do profissional responsável técnico pela empresa.

5.1.8. Fornecer mensalmente o Laudo Técnico e Certificado do mês anterior, da desinsetização, desratização, contendo relatório das atividades realizadas, discriminação dos produtos utilizados e diluição, níveis de infestação, medidas corretivas, descarte de embalagens e outras informações necessárias.

5.1.9. Elaborar e apresentar a CONTRATANTE uma cópia do MPOP (Manual de Procedimento Operacional Padronizado), contendo descrição da forma de execução dos serviços de desratização e dedetização. Equipamentos utilizados, Obs.: O MPOP deverá ser apresentado aos fiscais do contrato, na primeira reunião que será realizada entre a contratada e a Gestão de Contratos;

5.10. Apresentar ficha técnica dos produtos químicos; cópia do Registro no Ministério da Saúde; cópia da AUP; primeiros socorros em caso de acidente; procedimento de recolhimento de descarte de embalagens, produtos químicos e vetores capturados; modelo de relatórios diários de monitoramento de desratização; mapa do controle de vetores com identificação e localização dos portas-isca instalados.

5.1.11. Designar preposto para representar a CONTRATADA nas questões pertinentes a gestão do contrato.

5.1.12. Designar e informar por escrito à fiscalização do contrato a equipe de funcionários da CONTRATADA que executarão atividades objeto deste Projeto básico. Qualquer alteração na relação de funcionários designados para efetuar os serviços, informar aos fiscais da CONTRATANTE os respectivos nomes.

5.1.13. Apresentar à CONTRATANTE, programa de treinamento/capacitação dos colaboradores, contemplando conteúdo ministrado, carga horária definida, data da realização.



5.1.14. Orientar seus funcionários, para que se apresentem nas instalações da CONTRATANTE para execução dos serviços, devidamente uniformizados e identificados através de crachá, com fotografia recente, e provendo-o dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's.

5.1.15. Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente;

5.1.16. Dar ciência imediata e por escrito à CONTRATANTE sobre qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços, prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços.

5.1.17. Apresentar à CONTRATANTE, Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, para o Setor de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) acompanhar e avaliar se as normas da NR – 32 estão sendo cumpridas. Obs.: O PPRA E O PCMSO deverão ser apresentados aos fiscais do contrato;

5.1.18. Apresentar relação de máquinas, equipamentos e utensílios em geral, que serão utilizados no programa diário de trabalho.

5.1.19. Apresentar à CONTRATANTE cópia de toda a documentação da composição química dos produtos e suas amostras a serem utilizados.

5.1.20. Utilizar somente produtos com registro nos órgãos sanitários competentes (MS - ANVISA), registro no Diário Oficial e ficha técnica. No caso de soluções desinfetantes, os laudos de eficácia antimicrobiana, realizados em laboratórios credenciados pela ANVISA. Os produtos só serão autorizados para uso após análise e autorização da Comissão SMEE;

5.1.21. A contratada será responsável por todos os atos praticados pela conduta de seus funcionários nas dependências das Unidades Escolares;

5.1.22. A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

5.1.23. A CONTRATADA deverá disponibilizar para seus funcionários os EPI's necessários: óculos de proteção contra partículas sólidas, óculos de proteção contra produtos químicos, óculos de proteção contra gases e vapores, luvas, botas de borracha, respiradores anti poeira/químico, calçados de segurança, etc., conforme o tipo do serviço a ser executado e as medidas e equipamentos de segurança requeridos caso a caso.

5.1.24. A listagem de EPI'S é apenas indicativa e não exaustiva, cabendo ser adequada e dimensionada pela CONTRATADA para a boa execução dos serviços em observância às normas legais de segurança e proteção aplicáveis.

5.1.25. A CONTRATADA deverá entregar, quando solicitado, uma lista de controle de entrega dos Equipamentos de Proteção Individual para cada um dos funcionários e lista de presença nos treinamento dos funcionários sobre uso correto



dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI de acordo com NR-6. Não será admitido o uso de EPI danificado, contaminado ou com qualquer outra condição proibitiva.

5.2. Visando à execução deste Projeto básico, a CONTRATANTE se obriga a:

5.2.1. Responsabilizar-se pela emissão de ordem de serviços conforme cronograma definido entre as partes.

5.2.2. Acompanhar os funcionários da CONTRATADA nos locais que serão identificados e instalados as armadilhas, com sua respectiva numeração.

5.2.3. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados e nomeados por Portaria, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o mesmo na forma prevista na Lei nº 8.666/93.

5.2.4. Notificar, por escrito, à CONTRATADA a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.

5.2.5. Permitir aos funcionários da CONTRATADA ter livre acesso nas áreas onde os serviços serão executados, desde que, dentro das datas e horários agendados e devidamente identificados de modo a viabilizar a prestação de serviços durante o horário de expediente ou fora dele, quando solicitados pelos setores competentes.

5.2.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA.

6. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1. A Proponente deverá apresentar:

a) Um Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que a proponente executou de forma satisfatória os serviços de controle de vetores e pragas com características pertinentes e compatíveis com as exigidas no presente Projeto Básico.

b) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Profissional competente, para serviços de controle de vetores e pragas urbanas, desinsetização, desratização e similares.

c) Declaração do Responsável Técnico, devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, de que acompanhará e se responsabilizará pelos serviços prestados durante todo o período da contratação;

c.1) De acordo com a Resolução - RDC nº 18, de 29 de fevereiro de 2000 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, são habilitados para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas os seguintes profissionais: biólogo, engenheiro agrônomo, engenheiro florestal, engenheiro químico, farmacêutico, médico-veterinário e químico.



d) Certidão de registro do Responsável Técnico no Conselho Regional competente na qual conste atestado de responsabilidade técnica em serviço de controle de vetores e pragas com características pertinentes e compatíveis com as exigidas no presente Projeto Básico.

7- DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A fiscalização da prestação dos serviços será exercida por representante da CONTRATANTE, nomeados por portaria, neste ato denominado FISCAL, devidamente credenciado, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução.

7.2. Acompanhar através de planilha mensal de registro dos serviços executados pela CONTRATADA contendo os seguintes campos: setor, data, horário, assinatura do responsável pelo setor atendido, do funcionário da CONTRATADA,

7.3. Exigir da CONTRATADA a apresentação da Ordem de serviço original, relativo a todos os serviços executados nas áreas internas e externas das Unidades Escolares, com o ciente do responsável pela área, que deverá ser entregue aos fiscais da CONTRATANTE.

7.4. Fiscalizar se os produtos utilizados em todas as aplicações são os autorizados pela SMEE.

7.5. Conferir mensalmente nos locais onde foram instalados os porta-iscas, se foram extraviados ou danificados, através de instrumento de fiscalização próprio;

7.6. Dirigir as solicitações de ajustes de conduta diretamente ao PREPOSTO da CONTRATADA;

7.7. Atestar nota fiscal

8- PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

8.1. Após verificado que o serviço se encontra de acordo com as exigências contidas neste Projeto Básico, a CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal mensal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho - NE, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, no prazo de até 30 (trinta) dias.

9- DA GARANTIA

9.1. Prestar assistência técnica permanente com aplicações em caso de reinfestação por pragas.



9.2. A CONTRATADA oferecerá garantia que, durante a vigência do presente contrato, no ambiente em questão, será mantido o controle da população de insetos e roedores com inofensividade humana.

10- DOS ENCARGOS

10.1. Fica expressamente pactuado que, por força deste Contrato, não se estabelece qualquer vínculo empregatício ou de outra natureza, entre os funcionários ou prestadores de serviços da CONTRATADA e a CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela admissão, administração e gerenciamento de toda a mão-de-obra necessária para a execução dos serviços, bem como pelos pagamentos de salários dos trabalhadores por ela admitidos, vale transporte, auxílio alimentação, uniformes, seguro de vida, EPI, reciclagem e treinamento de pessoal, despesas administrativas, operacionais, impostos e taxas, além de todos os encargos sociais e fiscais de qualquer natureza, incidentes sobre a folha de pagamentos, inclusive contribuições previdenciárias, para o imposto de renda, FGTS, PIS, etc.; e sendo a CONTRATADA a empregadora do pessoal necessário à execução dos serviços aqui pactuados, cabe a ela, também, a obrigação de segurá-los contra riscos de acidentes de trabalho, e de observar rigorosamente todas as prescrições relativas às Leis Trabalhistas e Previdenciárias e/ou correlatas em vigor no País, respondendo pelas obrigações legais, mantendo a CONTRATANTE livre de reclamações trabalhistas, previdenciárias, tributárias, de acidentes de trabalho e/ou quaisquer reivindicações de ordem social e/ou legal, obrigando-se ainda, a excepcionar a CONTRATANTE, em juízo ou fora dele, na hipótese de reclamação sobre qualquer pretendido vínculo dessas naturezas.

11- DA REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS

11.1 Ocorrendo a prorrogação, admitir-se-á repactuação do preço contratado às regras e condições praticadas no mercado e desde que observado o interregno mínimo de um ano, cabendo à CONTRATADA justificar e comprovar eventual variação dos custos, apresentando inclusive a Memória de Cálculo e Planilhas apropriadas, para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE.

12- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. A CONTRATANTE através da Fiscalização acompanhará rigorosamente, a mão de obra e materiais empregados na execução dos serviços e não hesitará em exigir o cumprimento do Contrato, para a perfeita conclusão dos serviços.

12.2. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidos na proposta apresentada, ou incorretamente cotados, serão considerados como incluídos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, devendo o serviço ser executado à CONTRATANTE sem ônus adicionais.



12.3. A CONTRATANTE não se responsabiliza por quaisquer tipos de obrigações contraídas pela CONTRATADA, que venham impedir o cabal cumprimento das obrigações avençadas.

12.4. No caso de perdas e danos ou prejuízos de qualquer natureza, causados pela CONTRATADA ou por qualquer de seus empregados ou prepostos, ou ainda, por pessoa a ela vinculada, ficará a mesma responsabilizada pela reparação total da perda, dano ou prejuízo a que der causa, independentemente de ação civil ou criminal pertinente.

12.5. A CONTRATADA manterá a CONTRATANTE isenta das reclamações trabalhistas que forem ajuizadas pelos seus prestadores de serviços ou empregados, arcando com o ônus direto e indireto de eventual condenação, obrigando-se a restituir à CONTRATANTE, de imediato, as despesas que porventura vier a despende.

11.6. A CONTRATADA observará os regulamentos e normas disciplinares e de segurança adotados pela CONTRATANTE e os fará cumprir por seus funcionários.

12.7. É recomendável que a contratada tenha escritório no Estado do Rio de Janeiro, com autonomia ampla, geral e irrestrita, para fiscalização e acompanhamento contratual, inclusive nas tomadas de decisões sobre qualquer assunto referente ao objeto e demais itens deste Projeto básico e seu anexo.

ANEXO - PLANILHA DAS SECRETARIAS E UNIDADES

UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL:

UNIDADES ESCOLARES	CAIXA D'ÁGUA	CISTERNA	Quant. M²	Valor UN	Dedetização	Limpeza
Sede da Secretaria de Esportes e Educação	1x 1.000L		2.790M²			
E. M. de Ponte Coberta	02x 1.000L	01x 5.000L	648,15M²			
E. M. da Floresta	04x 2.000L	01x23.000L 03x 5.000L	360M²			
E. M. Hortência Phirro do Valle	03x 1.000L	01x 5.000L	194,00M²			
Creche Municipal Vila São José	01x 5.000L	01x 3.000L	99,00M²			
E. M. Profª Odete Teixeira da Silva	04x 2.000L	01x23.000L	3.174,06M²			



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura da Cidade de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

		03x 5.000L			
E. M. Gov. Roberto Silveira	04x 4.000L	01x 20.000L	3.174,06M ²		
E. M. Margarida Alves	03x 1.000L	01x 9.000L	413,52M ²		
E. M. Pref. Nicola Salzano	02x 25.000L	02x 30.000L	2.790M ²		
E. M. Pref. Hélio Ferreira da Silva	02x 5.000L 01x 1.000L	02x 5.000L	850,02M ²		
E. M. Dias da Costa	08x 1.000L	01x 5.000L	600M ²		
E. M. Carlos Nabuco	02x 1.000L		157,50M ²		
E. M. Allan Kardec	01x 1.000L 02x 500L		62,10M ²		
E. M. Santo Antônio – Ensino Pré - Escolar	03x 1.000L	01x 5.000L	840M ²		
E. M. Terra De Educar	09x 1.000L	01x 5.000L 01x 25.000L	2.621M ²		
E. M. Azeredo Coutinho	02x 1.000L		269,53M ²		
E. M. de Mário Bello	01x 1.000L	01x 6.000L	271,62M ²		
E. M. São José	02x 1.000L		269M ²		
19- E. M. Profª Almiracir Segat	02x 1.000L		56,70M ²		
E. M. Boa Esperança	03x 1.000L	01x 9.000L	157,50M ²		
E.M. Dariele Cristina Teixeira de Oliveira	05x 1.000L	01x 5.000L	89,25M ²		
TOTAL GERAL			19.887,01M²		

RELAÇÃO DAS UNIDADES DA PREFEITURA:
UNIDADES DA REDE MUNICIPAL:

Unidades da Prefeitura	CISTERNA	CAIXA D'ÁGUA	QUANT. M ²	VALOR UN	Dedetização	Limpeza
Prefeitura	5.000	5.000	634,64M ²			
Procuradoria Geral		1.000				
Secretaria de Administração						
Secretaria de Finanças						
Secretaria de Governo						
Secretaria de Planejamento		2 x 1.000				
Secretaria de Relações Institucionais						
Defesa Civil		1.000	124,41M ²			
IPTU		20.000	57,88M ²			
Guarda Municipal		2.000	159,88M ²			
TOTAL GERAL			R\$976,81M²			

UNIDADE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DA REDE MUNICIPAL:

Unidade da <u>Secretaria de Agricultura</u>	CISTERNA	CAIXA D'ÁGUA	QUANT. M ²	VALOR UN	Dedetização	Limpeza
Sede da Secretaria de Agricultura		1.000	79,38M ²			
TOTAL GERAL			79,38M²			

RELAÇÃO DAS UNIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TERCEIRA IDADE:

Unidades da <u>Secretaria de Assistência Social e Terceira Idade</u>	CISTERNA	CAIXA D'ÁGUA	QUANT. M ²	VALOR UN	Dedetização	Limpeza
Sede Assistência Social		1.000	107,56M ²			
CREAS		1.000	321,05M ²			
CRAS		1.000	86,76M ²			
Qualidade de Vida da		1.000	158,20M ²			



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura da Cidade de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

Terceira Idade						
Conselho Tutelar		2 x 1.000	285M ²			
TOTAL GERAL			958,57M²			

UNIDADES DA SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO DA REDE MUNICIPAL:

Unidades da Secretaria de Cultura e Turismo	CISTERNA	CAIXA D'ÁGUA	QUANT. M²	VALOR UN	Dedetização	Limpeza
Sede da Secretaria de Cultura		1.000	213,72M ²			
Clube Municipal Cassino		2 x 1.000	115,94M ²			
Escola de Música Villa-Lobos		3 x 1.000	612,92M ²			
Teatro		500	79,00M ²			
Espaço Ciências e Brinquedoteca		2 x 1.000	200M ²			
TOTAL GERAL			1.221,58M²			

Unidade da Secretaria de Desenvolvimento Econômico	CISTERNA	CAIXA D'ÁGUA	QUANT. M²	VALOR UN	Dedetização	Limpeza
Sede da Secretaria de Desenvolvimento Econômico		1.000	189,34M ²			
TOTAL GERAL			189,34M²			

UNIDADE DA SECRETARIA DE ESPORTE DA REDE MUNICIPAL:

Unidade da Secretaria de Esporte	CISTERNA	CAIXA D'ÁGUA	QUANT. M²	VALOR UN	Dedetização	Limpeza
Sede da Secretaria de Esporte			378,10M ²			
TOTAL GERAL			378,10M²			

RELAÇÃO DA UNIDADE DA SECRETARIA DE EIO AMBIENTE:

UNIDADE DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DA REDE MUNICIPAL:

Unidade da Secretaria de Meio Ambiente	CISTERNA	CAIXA D'ÁGUA	QUANT. M²	VALOR UN	Dedetização	Limpeza
Sede da Secretaria de Meio Ambiente		1.000	1.050M ²			
TOTAL GERAL			1.050M²			

UNIDADE DA SECRETARIA DE OBRAS DA REDE MUNICIPAL:

Unidade da Secretaria de Obras	CISTERNA	CAIXA D'ÁGUA	QUANT. M²	VALOR UN	Dedetização	Limpeza
Sede da Secretaria de Obras		1.000	189,34M ²			
TOTAL GERAL			189,34M²			

UNIDADE DA SECRETARIA DE TRABALHO E RENDA DA REDE MUNICIPAL:

Unidade da Secretaria de Trabalho e Renda	CISTERNA	CAIXA D'ÁGUA	QUANT. M²	VALOR UN	Dedetização	Limpeza
Sede da Secretaria de Trabalho e Renda		1.000L	283,05M ²			
TOTAL GERAL			283,05M²			

UNIDADES DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL:

REDE MUNICIPAL SEC. SAÚDE POSTOS DE SAÚDE	CISTERNA	CAIXA D'ÁGUA	QUANT. M²	VALOR UN	Dedetização	Limpeza
Posto de Saúde Leão XII- Lages	1.000	2 x 1.000	341,84M ²			



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura da Cidade de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

Módulo de Saúde Comunitário de Jardim Nova Era	7.000	2 x 1.000	46,01 M²			
Módulo de Saúde Comunitário de Cascata		1.000	140,17 M²			
Módulo de Saúde Comunitário de São José	6.000	2.000	54 M²			
Módulo de Saúde Comunitário de Sabugo		2 x 1.000	170,25 M²			
Módulo de Saúde Comunitário de Guarajuba		1.000	1.089,75 M²			
Módulo de Saúde Comunitário de Km 09		2 x 1.000	153,36 M²			
Módulo de Saúde Comunitário de Ponte Coberta		1.000	197,00 M²			
Módulo de Saúde Comunitário de Saudoso	4.000	2 x 1.000	9 M²			
Módulo de Saúde Comunitário de Paracambi		500	650 M²			
Centro Municipal de Saúde Coletiva de Bom Jardim		1.000	170,10 M²			
Posto de Saúde Cabral		1.000	53,96 M²			
Posto de Saúde Vitória da União		2 x 1.000	160,27 M²			
Posto de Saúde do Amapá	5.000	2 x 1.000	210,94 M²			
Posto 1º de Maio (BNH)		2 x 1.000	612,35 M²			
Centro Municipal de Saúde Coletiva da chacinha		2 x 1.000	911,23 M²			
Posto Municipal de Saúde do Pacheco		2 x 1.000	210 M²			
SECRETARIA DE SAÚDE			0			
Coordenação de Saúde	4.000	1.500	158,45 M²			
Laboratório Municipal	3.000	5.000	241,91 M²			
RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS						
Rua Dr. Pedro Nabuco, nº 101		500 1.000	221,55 M²			
Rua Maximiniano de Carvalho, 408 - Lages	10.000	3 x 1.000	381,36 M²			
Rua Paracambi, 82 - Lages	5.000	2 x 2.000	191,53 M²			
Rua São Judas Tadeu, 107 - guara	40.000	3 x 2.000	198 M²			
Rua Prof. Luiza Drumond dos Reis, 222 - Lages	Direto Rua	1.000	186 M²			
Estr. Eduardo Pereira Dias, 1186 - Guara	2.000	1.000	290,98 M²			
Rua Domimique Level, 400 - Cenrt	500	2 x 1.000	292,78 M²			
CAPS AD		2 x 1.000	142,98 M²			
CAPS - Fábrica		2 x 1.000	815,94 M²			
CAPS Vila Esperança		3 x 1.000	750 M²			
CASAS DE PASSAGEM			0			
Rua José Luiz de Amorim nº 155	20.000		0			
Casa 01		1.000	78,26 M²			
Casa 02		1.000	78,26 M²			
Casa 03		1.000	78,26 M²			
Casa 04		1.000	78,26 M²			
Casa 05		1.000	78,26 M²			
Casa 06		1.000	78,26 M²			
Casa 07		1.000	78,26 M²			



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura da Cidade de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

Casa 08		1.000	78,26 M²			
Casa 09		1.000	78,26 M²			
Casa 10		1.000	78,26 M²			
Hospital Municipal Dr. Adalberto da Graça	30.000	20.000	1.343,37 M²			
Farmácia Popular do Brasil - Pbi		2 x 1.000	240,82 M²			
Almoxarifado Geral da Secretaria de Saúde			825,54 M²			
TOTAL GERAL			12.244,04 M²			

ANEXO 7

MINUTA DE CONTRATO

MINUTA – SERVIÇOS DE PARA DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, LIMPEZA, DESINFECÇÃO QUÍMICA E HIGIENIZAÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE CAIXAS D'ÁGUA, PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE, NAS UNIDADES DE SAÚDE E NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PARACAMBI.

O **MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 29138278/0001-01, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, neste representado pelo Ilmo. Senhor Secretário Municipal de _____, carteira de identidade nº _____ e CPF/MF nº _____, doravante denominado apenas **MUNICÍPIO**, e a _____, situada



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura da Cidade de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

inscrita no CNPJ nº _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por _____, portador da identidade nº _____, órgão expedidor _____, CPF: _____, residente na _____,

celebram o presente CONTRATO Nº _____, conforme processo administrativo nº _____, que se regerá por toda legislação aplicada à espécie, especialmente as normas contidas na Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações; no Decreto Municipal nº 4.482/2017 e suas alterações, observando, ainda, as seguintes cláusulas e condições:

ÍNDICE

CLAUSULA	TITULO
1º	DO OBJETO
2º	DO PRAZO
3º	DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO
4º	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
5º	DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL
6º	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
7º	DA EXECUÇÃO
8º	DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL
9º	DA RESPONSABILIDADE
10º	DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
11º	DA GARANTIA
12º	DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13º	DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO
14º	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES
15º	DO RECURSO AO JUDICIÁRIO
16º	DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA E SUBCONTRATAÇÃO
17º	DA RESCISÃO
18º	DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO
19º	DA CONTAGEM DOS PRAZOS
20º	DO FORO DE ELEIÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de **SERVIÇOS DE PARA DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, LIMPEZA, DESINFECÇÃO QUÍMICA E HIGIENIZAÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE CAIXAS D'ÁGUA, PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE, NAS UNIDADES DE SAÚDE E NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PARACAMBI**, conforme especificado no seguinte quadro:

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL

Parágrafo único. Os serviços contratados serão executados na forma especificada no Projeto Básico.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

Parágrafo primeiro. O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do mesmo.

Parágrafo segundo. O prazo de vigência poderá ser prorrogado apenas nas condições previstas no artigo 57 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO



Constituem obrigações do **MUNICÍPIO**:

- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA**, documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização e o acompanhamento do contrato, notificando a **CONTRATADA**, formal e tempestivamente, todas as irregularidades observadas;
- d) ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregados da **CONTRATADA** que estiverem sem uniforme ou crachá, que embaraçar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;
- e) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas no parágrafo oitavo da cláusula oitava deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) observar, na execução do contrato, as normas e especificações técnicas a que estiver vinculado, bem como as estabelecidas neste contrato, no Edital e no Projeto Básico;
- b) arcar com todas as despesas decorrentes de eventuais serviços realizados em horários extraordinários (diurno, noturno, domingos e feriados) necessários ao exato cumprimento das obrigações contratuais;
- c) providenciar junto aos órgãos competentes, sem ônus ao **MUNICÍPIO**, todos os registros, licenças e autorizações necessárias ao exato cumprimento das obrigações contratuais;
- d) empregar todos os materiais, equipamentos, ferramentas, acessórios, instalações e mão-de-obra qualificada necessários à total e perfeita execução dos serviços;
- e) manter seu pessoal devidamente uniformizado e identificando-os através de crachás, com fotografia recente, durante a execução dos serviços, responsabilizando-se por todos os cuidados relativos à segurança de seus funcionários e eventuais sub-contratados, que deverão utilizar todos os Equipamentos de Proteção Individual "EPI" necessários e observar as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho, bem como as orientações do **MUNICÍPIO**, respondendo por eventuais descumprimentos;
- f) identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não confundi-los com os similares de propriedade deste **MUNICÍPIO**;
- g) nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos permanecendo no local de sua prestação, em tempo integral, fiscalizando, ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Estes encarregados deverão reportar-se, quando houver necessidade, à fiscalização deste **MUNICÍPIO** e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas;
- h) substituir, as suas custas e no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, os funcionários que, a critério do **MUNICÍPIO**, apresentarem comportamento inadequado, ou, em algum momento, desrespeitarem as condições a eles inerentes;



- i) as eventuais alterações do quadro de funcionários, seja para a substituição eventual ou definitiva, deverão ser previamente comunicadas ao **MUNICÍPIO**;
- j) permitir ao contratante, por todos os meios ao seu alcance, o mais amplo exercício da fiscalização, proporcionando-lhe pleno acesso aos serviços, bem como atendendo, prontamente, às determinações que lhes forem feitas, com propósito de melhor atender as obrigações pactuadas;
- k) prestar os serviços em horários que não interfiram o bom andamento da rotina de funcionamento das Unidades;
- l) manter, em lugar acessível a qualquer momento, um “Livro de Ocorrências” para registro de ocorrências e irregularidades constatadas no decorrer da execução contratual;
- m) responder por violação ao direito de uso de materiais, métodos ou processo de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e /ou comissões que forem devidas;
- n) manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do **MUNICÍPIO** ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Contrato, devendo orientar seus funcionários nesse sentido;
- o) executar o objeto contratado com zelo, diligência e economia, procedendo sempre de acordo com a melhor técnica aplicável a serviço dessa natureza;
- p) acatar as determinações da fiscalização do **MUNICÍPIO**, no sentido de substituir de imediato os serviços com vícios, defeitos ou imperfeições;
- q) disponibilizar o pessoal necessário à execução do contrato, sob sua inteira responsabilidade, obrigando-se a observar todas as prescrições relativas às Leis Trabalhistas, previdenciária, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora;
- r) arcar com o ônus decorrentes de incidência de todos os tributos federais, estaduais e municipais que possam decorrer da execução dos serviços contratados, reponsabilizando-se pelo cumprimento de todas as exigências das repartições públicas competentes, com total isenção do **MUNICÍPIO**;
- s) responder, por si e por seus sucessores, integralmente e em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados por seus empregados, prepostos ao contrato e a terceiros;
- t) empregar quando da execução dos serviços, até o final, profissionais idôneos e habilitados, de acordo com o gabarito técnico indispensável;
- u) manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, no que tange às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- v) efetuar os serviços contratados obedecendo-se, fiel e integralmente, todas as condições nele estabelecidas, bem como as instruções e determinações expedidas pela fiscalização do contrato;
- w) comparecer espontaneamente em juízo, na hipótese de qualquer reclamação trabalhista ajuizada por seus empregados contra o **MUNICÍPIO**, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora, substituindo-o no processo até o julgamento final, arcando com todas as despesas decorrentes de eventual condenação;
- x) reparar quaisquer danos de sua responsabilidade, quer sejam ocasionados por materiais, equipamentos e/ou mão-de-obra ou decorrentes de ação ou omissão, inclusive negligência, imperícia, imprudência ou desídia, casual ou proposital, que tenham sido causados a quaisquer equipamentos do **MUNICÍPIO** e/ou a terceiros, bem como por erros ou falhas na execução ou administração dos serviços;
- y) correrão por conta, responsabilidade e risco da **CONTRATADA** as conseqüências de imprudência, negligência ou imperícia sua e de seus empregados ou prepostos, notadamente:



- i. má qualidade dos serviços prestados;
- ii. violação do direito de propriedade industrial;
- iii. furto, perda, roubo, deterioração ou avarias de materiais ou equipamentos;
- iv. ato ilícito seu e de seus empregados ou prepostos que tenham reflexos danosos para o cumprimento da execução contratual;
- v. acidentes de qualquer natureza com materiais ou equipamentos, com seus empregados ou terceiros, na execução dos serviços necessários à execução contratual ou em decorrência da execução deles.

z) O **MUNICÍPIO** poderá determinar a paralisação dos serviços por motivo de relevante ordem técnica ou de segurança, ou ainda, de observância ou desobediência às suas determinações, cabendo a **CONTRATADA**, quando as razões da paralisação lhes forem imputáveis, todos os ônus encargos decorrentes;

aa) quaisquer erros ou imperícias na execução do contrato, constatados pela Comissão de Fiscalização, obrigarão a **CONTRATADA**, à conta e risco, repor as parcelas de serviços impugnados, sem prejuízo de Ação Regressiva contra quem tiver dado causa;

bb) obriga-se, ainda, a **CONTRATADA** a:

- i. obedecer, estrita e rigorosamente, aos prazos e condições estabelecidos no Projeto Básico e no Edital, cabendo ao **MUNICÍPIO**, no caso de inadimplemento, o direito de suspender a execução do contrato ou aplicar penalidades cabíveis, sem que assista à **CONTRATADA** qualquer direito a indenização;
- ii. submeter à prévia aprovação do titular do órgão contratante qualquer alteração das especificações originalmente pactuadas;
- iii. apresentar ao respectivo órgão do **MUNICÍPIO**, sempre que solicitado, os comprovantes dos recolhimentos devidos ao INSS e FGTS, mediante cópia autenticada;
- iv. comunicar ao fiscal dos serviços, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os motivos de força maior que possam justificar as interrupções dos serviços.

cc) prestar serviços com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, observando todas as especificações técnicas exigidas no projeto básico/termo de referência;

dd) empregar todos os materiais, equipamentos, ferramentas, acessórios, instalações e mão-de-obra qualificada necessários à total e perfeita execução dos serviços;

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL

O valor total previsto para este contrato é de R\$ ____ (____) passível de alteração pela ocorrência de eventos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro, nos moldes do art. 65 §§ da Lei Federal 8.666/93.



Parágrafo primeiro. Consideram-se incluídos no preço previsto no caput desta cláusula todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, encargos sociais e financeiros e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto contratual.

Parágrafo segundo. Os preços contratados serão irrevogáveis durante a vigência do contrato. Todavia, poderão ser alterados os valores do contrato, mediante apresentação das devidas justificativas, juntamente com as planilhas de custos que demonstrem os gastos da **CONTRATADA**, comprovando a quebra de equilíbrio financeiro, conforme art. 65 da Lei Nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato, conforme nota de empenho acostadas aos autos do processo administrativo, correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

ORIGEM DOS RECURSOS: 100 – RECURSO PRÓPRIO / FMS – 0036

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39.17 / 3.3.9.0.39.05 / 3.3.9.0.39.08 / 3.3.9.0.39.95 / 3.3.9.0.39.00

DOTAÇÃO: 810 / 131 / 1280 / 1007 / 1852 / 146 / 949 / 55 / 50 / 1747 / 174 / 1268 / 1339 / 358 / 319 / 320 / FMS – 1204

Nota de Empenho: _____

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO

O Contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do Projeto Básico e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo primeiro. A execução do objeto contratual observará o descrito no Projeto Básico e no cronograma, que poderão ser acrescidos, revistos e alterados mediante justificada necessidade e aprovação, considerados o estudo de viabilidade econômica, a dotação orçamentária disponível, as condições operacionais, assegurados o equilíbrio econômico-financeiro e os limites legais aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros designados pelo **MUNICÍPIO**, à qual compete:

- a) fazer cumprir a especificação do objeto e demais condições constantes deste contrato;
- b) notificar a **CONTRATADA** acerca da prática de infrações que ensejem a aplicação das penas previstas na cláusula décima quarta;
- c) suspender a execução do serviço julgado inadequado;



d) sustar o pagamento das faturas no caso de inobservância pela **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista neste contrato; sustar o pagamento das faturas no caso de inobservância pela **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista neste contrato;

e) exigir a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA**, cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse dos serviços, sem que essa decisão acarrete qualquer ônus ao **MUNICÍPIO**;

f) analisar a prestação de contas e final do contrato.

Parágrafo primeiro. Cabe recurso das determinações previstas no caput desta cláusula, a qualquer tempo durante a vigência deste contrato, exceto no caso da aplicação de sanções, para as quais se observará o prazo previsto na cláusula décima quarta.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** facilitará, por todos os meios ao seu alcance, a ampla fiscalização do **MUNICÍPIO**, promovendo o fácil acesso às suas dependências quando comunicada com antecedência, podendo, inclusive, lhe ser exigido o fornecimento de veículo necessário à diligência da fiscalização.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** atenderá prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo quinto. A instituição e a atuação da fiscalização do **MUNICÍPIO** não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA** nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo sexto. Os membros da comissão de fiscalização, sob pena de responsabilização administrativa, anotarão em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

Parágrafo sétimo. Quaisquer entendimentos entre a fiscalização e a **CONTRATADA**, desde que não infrinjam nenhuma cláusula contratual, serão feitos por escrito, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações da **CONTRATADA** com fundamento em ordens ou declarações verbais.

Parágrafo oitavo. O objeto do contrato será recebido após a devida conclusão, observada a seguinte forma:

a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do Contrato, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;



b) definitivamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do Contrato, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações oriundas da Contrato.

Parágrafo nono. Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o fato será comunicado à **CONTRATADA**, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE

Os serviços que compõem objeto do presente contrato serão executados sob a direção e responsabilidade técnica da **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, não excluídos ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **MUNICÍPIO**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos devidos à **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento fará o pagamento das parcelas referentes aos serviços por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA**, em conformidade com o cronograma de desembolso, observando-se os valores e as periodicidades de cada etapa.

Parágrafo primeiro. Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente aos serviços efetivamente prestados, ou seja, valor da mediação, se este for inferior ao previsto no cronograma de desembolso para a respectiva etapa.

Parágrafo segundo. Em caso de desconformidade na execução do serviço, o **MUNICÍPIO** não efetuará o pagamento ou pagará apenas o valor correspondente aos serviços satisfatoriamente executados no período, efetivamente apurados.

Parágrafo terceiro. Não serão considerados prestados quaisquer serviços executados em desacordo com as especificações contidas neste contrato, no edital e no projeto básico, sujeitando a **CONTRATADA** à obrigação de reparar, corrigir ou substituir a prestação respectiva em caráter imediato.



Parágrafo quarto. Não serão considerados quaisquer serviços executados que não estejam discriminados no projeto básico.

Parágrafo quinto. O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento da obrigação, devendo a **CONTRATADA** promover a entrada do pedido de pagamento, obedecidos o disposto no art. 40XVI, "a" da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo sexto. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo sétimo. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização monetária pelo IPCA e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% (meio por cento) ao mês.

Parágrafo oitavo. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuíveis à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e serão acrescidos 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida. Os pagamentos realizados pelo **MUNICÍPIO** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

Parágrafo nono. No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao **MUNICÍPIO**, será devido o pagamento de multa de 0,1% (um décimo por cento), sobre o valor da parcela devida, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA

O **MUNICÍPIO**, a qualquer tempo, poderá exigir a prestação de garantia, em uma das modalidades previstas no § 1º, do art. 56, da Lei Federal nº 8.666/93, no patamar até 5% (cinco por cento) do valor da contratação, a ser restituída após execução satisfatória das obrigações da **CONTRATADA**, em uma das modalidades no § 1º, do artigo 56, da Lei Federal nº 8.666/93, a saber:

- a) caução em dinheiro;
- b) seguro - garantia;
- c) fiança bancária.

Parágrafo primeiro. A validade da garantia de execução deverá no mínimo coincidir com o prazo de vigência deste contrato.



Parágrafo segundo. Em caso de prorrogação da vigência do contrato, a garantia oferecida, se tiver prazo de vigência, deverá ser prorrogada por idêntico período.

Parágrafo terceiro. A garantia prestada pela **CONTRATADA** somente será restituída após o integral cumprimento do termo do Contrato objeto do presente instrumento licitatório, podendo ser retida pelo Município se necessário, para quitar eventuais obrigações da **CONTRATADA**.

Parágrafo quarto. O levantamento da garantia contratual por parte da empresa que vier a ser **CONTRATADA** somente ocorrerá após o recebimento definitivo dos serviços.

Parágrafo quinto. Em caso de rescisão do Contrato, motivada por culpa da **CONTRATADA**, a garantia reverterá integralmente aos cofres do **MUNICÍPIO**, o qual cobrará à mesma a diferença apurada entre o valor da garantia depositada e do débito verificado.

Parágrafo sexto. Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, o **MUNICÍPIO** recorrerá à garantia citada a fim de se ressarcir de possíveis prejuízos que lhe venham a ser causados pela empresa **CONTRATADA**, com o intuito de reparar tais danos. A **CONTRATADA** ficará obrigada a reintegrar o valor da garantia no prazo de *03 (três) dias úteis* após sua notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O Contrato poderá ser modificado pelo **MUNICÍPIO**, sendo mantidas suas demais cláusulas, na forma prevista no artigo 58, inciso I e seus §§ 1º e 2º e/ou no artigo 65 e seus respectivos parágrafos, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, mediante a assinatura de Termo Aditivo.

Parágrafo primeiro. O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade de opor perante o Município a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

Parágrafo único - A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES



A inexecução total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa diária de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso;
- c) multa de até 5% (cinco por cento) incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato em caso de rescisão contratual por culpa da **CONTRATADA**;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- f) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base Na alínea “e”, observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520 de 2002.

Parágrafo primeiro. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do **MUNICÍPIO**, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo segundo - A sanções previstas nas alíneas b, c e d do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente à qualquer outra.

Parágrafo terceiro - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo quarto - A aplicação das sanções previstas nesta cláusula observará a competência e a forma previstas na legislação municipal, em especial no Decreto Municipal nº 4.482/2017.

Parágrafo quinto - O valor da multa e o prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade serão fixados de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

Parágrafo sexto – Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela **CONTRATADA**, após a aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO



As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente, caso sejam superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo único - Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA E SUBCONTRATAÇÃO

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do **MUNICÍPIO** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado.

Parágrafo primeiro. Na hipótese de anuência do **MUNICÍPIO**, o cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

Parágrafo segundo. A empresa a ser **CONTRATADA**, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar parte dos serviços, desde que autorizada, por escrito, pelo **MUNICÍPIO**, e nos limites expressamente indicados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo terceiro. Qualquer empreiteira a ser subcontratada para a execução dos serviços parciais deverá ser previamente aceita pelo **MUNICÍPIO**.

Parágrafo quarto. O pedido formal deverá indicar quais os serviços a serem executados, bem como conter uma relação de serviços semelhantes, realizados e concluídos pela subcontratada.

Parágrafo quinto. A subcontratada deverá comprovar a regularidade fiscal de acordo com as cláusulas do edital.

Parágrafo sexto. Em caso de subcontratação, a empresa a ser **CONTRATADA** permanecerá integralmente responsável, tanto em relação ao **MUNICÍPIO**, como perante terceiros, assim como, pelos serviços porventura subcontratados, podendo, inclusive, o **MUNICÍPIO** exigir a substituição da empresa subcontratada, caso esta não esteja executando os serviços de acordo com os dispositivos contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO



O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **MUNICÍPIO**, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições ou ainda por interesse público superveniente, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo primeiro - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

Parágrafo segundo - A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação no órgão oficial de divulgação do Município de Nova Iguaçu.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo de publicação oficial do Município, correndo os encargos por conta do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo primeiro – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

Parágrafo segundo. O município encaminhará cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, após assinatura das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA CONTAGEM DOS PRAZOS

Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme art. 110 e parágrafo único da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade de Paracambi, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Paracambi, de de 2017.



Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA

Testemunhas

1 _____

2 _____

ANEXO 8

ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

Atesto que o Srº _____, portador da carteira de identidade nº _____, representando a empresa _____, CNPJ _____, sediada a _____ nos termos do Edital de Pregão Presencial nº /PMP/2017, através de visita realizada junto aos órgãos da Prefeitura, local de execução dos serviços, tomou conhecimento e esta ciente das condições locais e que recebeu instruções e informações adicionais necessárias a prestação dos serviços objeto desta licitação, não havendo, portanto, nenhuma dúvida que prejudique a apresentação de uma proposta completa e com todos os detalhes.



Paracambi _____ de _____ de 2017.

Assinatura e carimbo do responsável

Assinatura do Representante da Licitante

LICITAÇÃO N.º 018 /CPL/2017

PROCESSO N.º 275/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

ORIGEM DOS RECURSOS: 100 – RECURSO PRÓPRIO / FMS – 0036

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39.17 / 3.3.9.0.39.05 / 3.3.9.0.39.08 / 3.3.9.0.39.95 / 3.3.9.0.39.00

DOTAÇÃO: 810 / 131 / 1280 / 1007 / 1852 / 146 / 949 / 55 / 50 / 1747 / 174 / 1268 / 1339 / 358 / 319 / 320 / FMS – 1204

ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 230.243,64 (Duzentos e trinta mil, duzentos e quarenta e três reais e sessenta e quatro centavos).

VISITA TÉCNICA E RETIRADA DO ATESTADO DE VISTORIA: Do dia da Publicação do edital, até a véspera da data de entrega dos envelopes no horário de _____ às _____ horas.



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura da Cidade de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ O DIA 19 DE JUNHO DE 2017 ÀS 16:00 HORAS

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 19 DE JUNHO DE 2017 ÀS 16:00 HORAS

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PARA DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, LIMPEZA, DESINFECÇÃO QUÍMICA E HIGIENIZAÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE CAIXAS D'ÁGUA, PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE, NAS UNIDADES DE SAÚDE E NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PARACAMBI.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação/CPL – PMP, situada a Rua Juiz Emílio Carmo- 50- Centro- Paracambi, RJ, no horário de 09:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, através do telefone (21) 3773-3037, ramal 229 mediante entrega de 01 Resma de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ.

LOCAL PARA RETIRADA DO ATESTADO DE VISITA TÉCNICA: SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

SETOR REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES, SECRETARIAS DA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALIDADE DO CONTRATO: 12 (DOZE) meses a partir da data de assinatura do contrato.

O presente Edital está dividido nas partes A, B e Anexos abaixo descritos:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar 123/2006
Anexo 6	-	Projeto Básico
Anexo 7	-	Minuta de Contrato
Anexo 8	-	Atestado de Visita Técnica

ELIAS FERREIRA DA ROSA
Pregoeiro - CPL/PMP

RAZÃO SOCIAL			
TELEFONE:			
E-MAIL:			
RECEBIDO POR:		DATA:	CARIMBO DO CNPJ